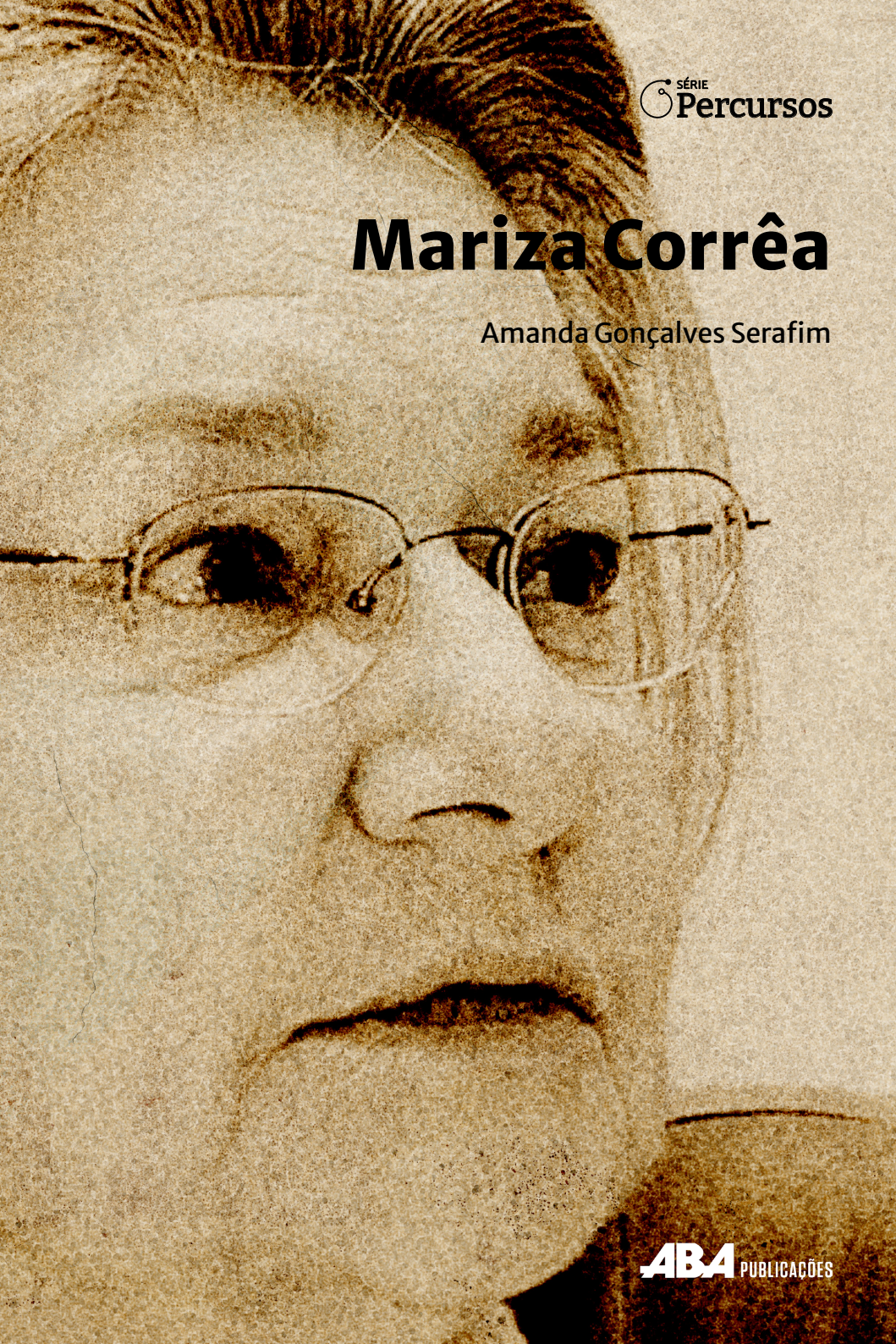




SÉRIE
Percursos

Mariza Corrêa

Amanda Gonçalves Serafim

ABA PUBLICAÇÕES

MARIZA CORRÊA





Volume publicado

Emílio Willems – Felipe Neri Alves Pinto

Próximo volume

Lélia Gonzalez – Lourival Aguiar e Isabella Barros

NA PÁGINA ANTERIOR

Mariza Corrêa (Fundo Mariza Corrêa, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp)

**COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS
DA ABA – CELCA (GESTÃO 2025–2026)**

Coordenador

Edimilson Rodrigues de Souza (Fames)

Vice–Coordenadora

Martina Ahlert (UFMA)

Integrantes

André Dumans Guedes (UFF)

Clark Mangabeira Macedo (UFMT)

Edilene Coffaci de Lima (UFPR)

Felipe Tuxá (UFBA)

Michele Escoura Bueno (UFPA)

Rosana Maria Nascimento Castro Silva (UnB)

CONSELHO EDITORIAL

Andrea Zhouri (UFMG)

Antonio Augusto Arantes Neto (Unicamp)

Carla Costa Teixeira (UnB)

Carlos Guilherme Octaviano Valle (UFRN)

Cristiana Bastos (ICS/Universidade de Lisboa)

Cynthia Andersen Sarti (Unifesp)

Fabio Mura (UFPB)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPE)

Maria Luiza Garnelo Pereira (Fiocruz/AM)

María Gabriela Lugones (Córdoba/Argentina)

Maristela de Paula Andrade (UFMA)

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Patrícia Melo Sampaio (Ufam)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Wilson Trajano Filho (UnB)

**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA
DIRETORIA (GESTÃO 2025–2026)**

Presidente

Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Vice–Presidente

Henyo Trindade Barretto Filho (UnB)

Secretário Geral

Waldemir Rosa (UNILA)

Secretária Adjunta

Juliana de Farias Mello e Lima (UERJ)

Tesoureira Geral

Silvana de Souza Nascimento (USP)

Tesoureira Adjunta

Jacqueline Moraes Teixeira (USP)

Diretor

Antônio Hilário Aguilera Urquiza (UFMS)

Diretora

Flavia Medeiros Santos (UFSC)

Diretora

Lucybeth Camargo de Arruda (UFOPA)

Diretora

Vera Rodrigues (Unilab)



www.portal.abant.org.br

UnB – Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte
Prédio do ICS – Instituto de Ciências Sociais
Térreo – Sala AT–41/29 – Brasília/DF CEP: 70910–900

Mariza Corrêa

Amanda Gonçalves Serafim

Copyright © 2026, da autora

Coordenação da Série Percursos

Cristina Patriota de Moura e Julia O'Donnell

Capa

Ilustração a partir de fotografia de Mariza Corrêa (Fundo Mariza Corrêa, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp)

Preparação de originais, projeto gráfico e editoração eletrônica

Trema Assessoria Editorial

Composto em Bitter Pro e Merriweather Sans

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – através de recursos do Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e com apoio do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bianca Mara Souza – Bibliotecária – CRB-14/1587

S482m	Serafim, Amanda Gonçalves Mariza Corrêa / Amanda Gonçalves Serafim. -- Brasília : ABA Publicações, 2026. 107 p. : il. color.; PDF ; 7,4 MB. (Série Percursos) Inclui bibliografia. ISBN 978-65-87289-73-1 1. Mariza Corrêa (1945-2016). 2. Antropologia (história). 3. Associação Brasileira de Antropologia. 4. Estudos de gênero. 5. Memória. I. Título. II. Série. DOI Livro 10.48006/978-65-87289-73-1	CDD 301 CDD 923
-------	---	--------------------

Índice para catálogo sistemático:

1. 301 – Sociologia, Antropologia, Teorias
2. 923 – Biografias de pessoas nas Ciências Sociais

Apresentação da Série

A Série Percursos tem o objetivo de apresentar, para diferentes públicos, autores e autoras que marcaram a antropologia feita no Brasil. Cada livro é dedicado a uma pessoa com reconhecida relevância em seu campo de atuação, contemplando diferentes gerações e tradições intelectuais.

Os livros apresentam os autores e autoras através de suas trajetórias profissionais, articulando suas vidas e obras. Deste modo, o(a) leitor(a) terá contato não apenas com as especificidades de suas obras, mas também com o contexto (político, acadêmico, social) em que elas se desenvolveram. Os livros da Série se propõem também a evidenciar as redes de interlocução dentro das quais os trabalhos foram desenvolvidos. Com isso, a Série visa delinear, no seu conjunto, um mapa dos diferentes percursos que compõem a antropologia feita no Brasil, em suas variadas linhagens. Nesse intuito, cada livro conta com uma listagem de notas biográficas ao final do volume, oferecendo ao leitor informações sobre os pensadores e pensadoras que compõem as redes de interlocução do autor ou autora trabalhada.

A Série prima por textos de escrita acessível e, ao mesmo tempo, pelo rigor analítico, procurando dialogar com leitores em diferentes momentos de sua trajetória acadêmica. O objetivo é, com isso, contribuir para o maior alcance das obras de pesquisadoras e pesquisadores que atuaram, de diferentes maneiras, para o desenvolvimento da antropologia feita no Brasil, com o desejo de que seus percursos sigam instigando e inspirando gerações atuais e futuras.

Cristina Patriota de Moura e Julia O'Donnell

Sumário

Cronologia de Mariza Corrêa	9
Introdução	11
CAPÍTULO 1	
Caminhos de formação: entre escritas, saberes e deslocamentos	17
CAPÍTULO 2	
Memória, arquivo e crítica: Mariza Corrêa e a antropologia em perspectiva	44
APÊNDICE 1	
Notas biográficas	81
APÊNDICE 2	
Produção bibliográfica de Mariza Corrêa	93
Referências	99
Sobre a autora	107

Cronologia de Mariza Corrêa

1945 – Nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

1964 – Concluiu a formação na Escola Normal em Porto Alegre.

1966 – Iniciou o curso de Jornalismo na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e começou a trabalhar no jornal *Zero Hora* em Porto Alegre.

1968 – Se mudou para a cidade de São Paulo, onde passou a trabalhar na revista *Veja*.

1969-1972 – Viveu uma temporada no estado de Michigan, nos EUA, onde realizou alguns cursos voltados à literatura e se aproximou mais dos debates feministas.

1972 – Retornou ao Brasil e passou a morar em Campinas (SP).

1973-1975 – Realizou seu mestrado em antropologia social na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com a dissertação *Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais*, orientada por Verena Stolcke.

1975-1978 – Participou do jornal feminista *Nós Mulheres*.

1976 – Se tornou professora do Conjunto de Antropologia (atual Departamento de Antropologia) da Unicamp.

1978-1982 – Realizou seu doutorado em ciência política na Universidade de São Paulo (USP), com a tese *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*, orientada por Ruth Cardoso.

1980-1983 – Participação no jornal feminista *Mulherio*, financiado pela Fundação Carlos Chagas.

1981 – Publicou o livro *Os crimes da paixão*.

1983 – Publicou *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*.

1984 – Assumiu a coordenação e iniciou o Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB).

1987 – Publicou *História da antropologia no Brasil: 1930-1960 – testemunhos: Emilio Willems e Donald Pierson*.

1989 – Iniciou o projeto “Antropólogas & Antropologia”.

1989-1993 – Assumiu a direção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

1991 – Junto a outras pesquisadoras, fundou o Centro de Estudos de Gênero – Pagu, que posteriormente se tornou Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp.

1996-1998 – Presidiu a Associação Brasileira de Antropologia (ABA).

1994-2009 – Foi editora-chefe da revista *Cadernos Pagu*.

1998 – Publicou *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*.

2003 – Publicou *Antropólogas & antropologia*; se aposentou da Unicamp, mas continuou colaborando com atividades acadêmicas e de pesquisa até o início da década de 2010.

2004 – Iniciou seu último projeto de pesquisa, intitulado “Fantasias Corporais”.

2013 – Publicou *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*.

2016 – Faleceu em Campinas.

Introdução¹

Nunca foi uma decisão. Quando a gente conta a vida da gente, a gente tende a fazer uma retrospectiva arrumada. Mas nunca é arrumada. As coisas vão acontecendo meio por acaso [...] Então não é decisão. A gente... Acontece, conhece alguém... Não vou dizer como a Mariza Peirano gosta de dizer, que foi por acaso, porque nunca é inteiramente por acaso também. Tu tens circunstâncias que, mais ou menos te encaminham por aqui, por ali. Mas não é assim uma decisão, digamos (Corrêa, 2003b, p. 106).

É dessa maneira que Mariza Corrêa (1945-2016) respondeu à indagação sobre a decisão de se tornar antropóloga, em entrevista concedida à revista *Cadernos de Campo* em 2003. Essa passagem mostra não apenas o ato de contar sobre si mesma, mas também de contar sobre o outro: se trata de

1 Este livro constitui um desdobramento da minha pesquisa de doutorado em antropologia social, atualmente em andamento no PPGAS da Unicamp, intitulada “Um olhar sobre a constituição da história da antropologia no Brasil através da obra de Mariza Corrêa: gênero, arquivo e memória”, a investigação é financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP, processo nº 2021/05948-9). Seu propósito central é refletir sobre a consolidação de uma agenda crítica no campo da história da antropologia no Brasil, tendo como eixo a trajetória e a produção intelectual de Mariza Corrêa. Essa investigação está vinculada ao auxílio à pesquisa Jovem Pesquisador (processo nº 2019/05567-5) desenvolvido por Luís Felipe Sobral (1980-) na mesma universidade.

uma narrativa que procura dar um sentido lógico, a posteriori, a uma série de acontecimentos, eventos, lacunas e divergências que marcam a trajetória acadêmica. Corrêa, nessa toada, acaba por criar uma ilusão de coesão (cf. Bourdieu, 1996), onde processos parecem antecipar e produzir desdobramentos, quando, na verdade, são resultados de uma complexa junção entre acontecimentos, circunstâncias, possibilidades e ações coletivas e individuais. E assim, entre as coisas que acontecem, as circunstâncias e o que os indivíduos experienciam e como agem a partir desse processo, as trajetórias e as histórias de vida são também construídas.

Como veremos a seguir, o ingresso de Corrêa na disciplina não ocorreu durante a graduação, mas sim após uma série de circunstâncias, cerca de dez anos depois de sua formação em jornalismo. Contudo, foi na antropologia que ela desenvolveu a maior parte de sua carreira, atuou na construção de diferentes instituições, formou pesquisadoras e pesquisadores e desenvolveu trabalhos que marcaram a antropologia brasileira.

De forma análoga à problemática entre decisão e acaso, também não é possível separar a vida e a obra ao se contar a trajetória de uma determinada intelectual. É na dissolução desse modelo e na articulação entre essas duas categorias que conseguimos acompanhar os contextos, preocupações intelectuais e relações desenvolvidas ao longo de uma vida. O trabalho intelectual não se produz em separado das outras atividades e da vida pessoal de seus agentes. Ele acontece através de parcerias e interlocuções, da atuação nas instituições científicas, dos projetos produzidos em paralelo; essa trajetória é resultado desse acúmulo da vida. No caso de Corrêa, é impossível pensar sobre a história da antropologia que ela construiu sem olhar para a sua atuação feminista, não apenas no sentido de como foram constituídos seus interesses de pesquisa, mas sobretudo pelas sensibilidades que marcaram seus trabalhos, não restrito às questões relacionadas a gênero.

Essa afinidade entre fazer antropológico e crítica feminista se notava também em sua própria produção, já que as questões de gênero não eram

meros contextos para os trabalhos que Corrêa realizou ou para as figuras que escolheu colocar em destaque em suas pesquisas. Como veremos com mais detalhes, podemos perceber essa forma de contribuir com os debates antropológicos já em sua pesquisa de mestrado, em que era nítido que as denúncias levadas a cabo por feministas sobre o uso do recurso jurídico no contexto brasileiro, “legítima defesa da honra”, no caso de assassinato de mulheres por seus companheiros, foram importantes para o desenvolvimento de suas análises. Por outro lado, Corrêa foi além e olhou também para o uso que as mulheres faziam desse dispositivo ao serem acusadas do mesmo tipo de crime. Dessa forma, a antropóloga conseguiu desenvolver uma pesquisa crítica, que não deixava de lado seus ideais pessoais, mas que também começava a olhar para as mulheres para além de um discurso que as colocava apenas como vítimas passivas de uma situação de violência.

Podemos ainda citar brevemente o seu trabalho sobre antropólogas e esposas de antropólogos, desenvolvido a partir do final da década de 1980. Nessa investigação, ficou claro que gênero (como também outros marcadores sociais da diferença), mais do que moldar um estilo diferente de fazer antropologia, marcou as relações e o modo de entender essas experiências e a forma como a historiografia da disciplina foi constituída. Ainda que em menor número, havia mulheres atuando diretamente na disciplina ou realizando pesquisas cujos objetivos se aproximavam de temáticas e debates antropológicos, sendo que parte dessas figuras compartilhavam espaços ou discussões de seus colegas, mas não eram lembradas da mesma maneira pela história da disciplina. Mariza Corrêa procurou dar atenção para essa atuação tomando o apagamento da história contada como uma questão fundamental para a reformulação da antropologia que se defendia nas últimas décadas do século passado e que se pretendia crítica sobre sua própria prática. Assim, sua pesquisa, mais do que trazer à tona o trabalho de algumas mulheres como exemplos marginais de uma história das ideias, buscou, a partir de suas

trajetórias, pensar sobre como escrevemos e recuperamos o passado da antropologia produzida no Brasil.

Nesse sentido, as pesquisas de Corrêa permitiram uma reflexão sobre como construímos essa memória, como tratamos certos tipos documentais e como essas questões ainda impactam na reflexão da historiografia da antropologia. Esses debates encontravam ecos nas reflexões sobre gênero, mas também sobre a preservação e constituição de fundos documentais de mulheres na ciência, especialmente no tocante às parcerias amorosas e familiares que constituíram. Além disso, é importante mencionar que o trabalho de Corrêa referente à história da antropologia constituiu uma importante contribuição para o desenvolvimento de um campo e da construção de uma agenda de pesquisa – aspectos que ficam mais claros ao longo do livro.

O trabalho historiográfico de Corrêa se iniciou em um período em que pouco havia se produzido sobre a memória da disciplina no país, especialmente com esse fim. O Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB)² deve ser considerado pioneiro, ainda que não o único desse tipo, e não apenas pelo volume de dados obtidos (através de entrevistas e recolha de material documental), mas também pela forma como essa iniciativa tomou corpo e produziu resultados para além dos objetivos iniciais. Corrêa não seguia os marcos utilizados pela historiografia então oficial, visto que a própria investigação que empreendia a levava a outros caminhos, e buscava registrar histórias que até aquele momento eram menos conhecidas, mas que através dos depoimentos assumiam uma “notoriedade retrospectiva” (cf. Corrêa, 2003a, p. 21). Dessa forma, a autora reconstruiu novas formas organizativas para a disciplina, pautadas pela construção de seu objeto de pesquisa. Emergiu desse trabalho a

2 O projeto foi uma iniciativa voltada à recuperação da memória da antropologia produzida no Brasil, reunindo esforços de sistematização e reflexão sobre sua história intelectual no país – tema que será analisado mais adiante.

certeza da importância da análise das relações intersubjetivas, seja para o mapeamento das redes e de participantes das mesmas – em que cada pessoa entrevistada indicava outros nomes para serem perseguidos analiticamente –, seja devido a um diálogo próximo que reconstruía essas histórias.

Uso aqui o termo “historiografia”, ainda que de maneira geral Corrêa não o tenha utilizado, justamente porque seu trabalho foi além do escrever e recuperar a história da disciplina. O trabalho da antropóloga esteve centrado em como escrever e olhar para as várias histórias que compõem nosso passado, como encontrar essas outras vozes e o que podemos fazer com a nossa prática antropológica a partir disso. Dessa forma, olhar para a trajetória de Corrêa instiga a ir mais além do que apenas conhecer uma personagem importante do passado, não tão distante, da disciplina, mas nos lembra e nos convida a refletir sobre como podemos escrever as muitas histórias que ainda esperam por serem ouvidas e que podem auxiliar a construção de novos lugares e debates antropológicos.

Além dessa introdução, o presente livro está dividido em dois capítulos. No primeiro, intitulado “Caminhos de formação: entre escritas, saberes e deslocamentos”, apresento a trajetória de Mariza Corrêa desde sua formação em jornalismo até seu ingresso na antropologia, passando por seus primeiros trabalhos intelectuais, sua estadia nos EUA, suas primeiras pesquisas e seu ingresso como professora na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É nesse momento que se torna possível observar como seu interesse pela literatura e pelo feminismo foram se entrelaçando em uma série de acontecimentos que a levaram à antropologia. A seguir, no segundo capítulo, intitulado “Memória, arquivo e crítica: Mariza Corrêa e a antropologia em perspectiva”, continuo apresentando sua trajetória a partir do início do PHAB e suas investigações subsequentes, que tiveram como foco olhar para algumas figuras femininas silenciadas pela história da disciplina, tal como contada até aquele momento; assim como o seu último projeto de pesquisa, relacionado às mutilações

genitais. A escolha dessa divisão esteve centrada nos próprios caminhos de trabalho e de pesquisa de Corrêa. Por fim, o livro conta ainda com um primeiro apêndice, intitulado “Notas biográficas”, onde contextualizo brevemente as principais pessoas mencionadas ao longo do texto, e um segundo, com a produção bibliográfica de Mariza Corrêa.



Mariza Corrêa em cerimônia de formatura do curso de Ciências Sociais na Unicamp (Fundo Mariza Corrêa, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

Caminhos de formação: entre escritas, saberes e deslocamentos

Este capítulo acompanha os primeiros passos da trajetória intelectual de Mariza Corrêa, marcada por diferentes tipos de deslocamentos: geográficos, profissionais e epistemológicos. Do jornalismo à antropologia, passando por sua vivência nos EUA e pela entrada na Unicamp como estudante e também docente, o que se delineia é uma formação plural, construída em constante diálogo com as tensões de seu tempo. Mais do que uma simples mudança de área, trata-se de uma travessia na qual interesses pessoais, como a literatura e o feminismo, se articularam a experiências institucionais e redes de pesquisa, abrindo caminho para uma reflexão crítica que atravessa gênero, poder e a constituição do campo antropológico no país. Ao reconstituir essa fase inicial, busco evidenciar não apenas os marcos da carreira de Corrêa, mas os sentidos que ela atribuiu a seus próprios movimentos e escolhas ao longo do percurso.

Do jornalismo à antropologia: uma travessia intelectual

Mariza Corrêa nasceu em Porto Alegre e se formou na Escola Normal em 1964, junto a outras 37 mulheres, das quais apenas duas cursariam também a graduação. Esse é um contexto também partilhado por sua mãe, uma dona de casa que acreditava não ser necessário às mulheres o ensino superior. Ao mesmo tempo, é interessante destacar que Corrêa

tinha uma avó que partilhava com ela o sonho de entrevistar a filósofa Simone de Beauvoir (1908-1986) (cf. Corrêa, 2006b).

Desde o início de sua trajetória fica evidente a importância da docência, uma vez que inicia sua carreira profissional como professora da educação básica, concomitantemente ao ingresso na universidade. Corrêa nutria o desejo de ser escritora e, em virtude disso, decide cursar jornalismo. Ainda na região Sul do Brasil, iniciou seus estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo a primeira pessoa em sua família a cursar o ensino superior. Durante sua graduação, já em 1966, começou sua carreira na profissão trabalhando no jornal *Zero Hora*, onde conheceu seu futuro marido, o cientista político Plínio Dentzien (1941-2016). É importante ressaltar que Corrêa era então a única mulher na redação desse jornal. Esse é um dado que, como veremos, não é isolado em sua trajetória e contribuiu com seus interesses políticos e de pesquisa ao longo da vida.¹

Alguns anos após seu casamento, ela se mudou para Belo Horizonte, onde Dentzien iniciou sua pós-graduação em ciência política; foi lá também que Corrêa concluiu a graduação em jornalismo. Nesse mesmo período, começou a trabalhar no *Diário da Tarde*, uma sucursal local do grupo Diários Associados, continuando a ser a única mulher da redação. Essa situação só mudou quando a antropóloga foi aprovada em um processo seletivo nacional para a *Veja*, que, naquele momento, era a revista semanal mais lida do país. Assim, rumou para São Paulo em 1968 junto a Rodrigo, seu filho recém-nascido.² É relevante destacar a diferença entre

1 É interessante notar que Corrêa chamava atenção para esse detalhe ao analisar sua vida em retrospectiva cerca de 40 anos depois dos acontecimentos lembrados (ver Corrêa, 2006a).

2 Nos depoimentos de Corrêa não é possível afirmar com certeza se Dentzien permanece em Belo Horizonte ou se ele também se muda para São Paulo nesse momento, mas sim que quando ela retorna à Porto Alegre ele está em um período de transição entre o mestrado e o doutorado e também retorna ao Rio Grande do Sul.

os primeiros anos da revista e seu desenvolvimento posterior: Corrêa mencionou, em depoimento dado em 2006, que a revista *Veja*, inicialmente, era um veículo mais crítico e questionava o governo militar da época. Segundo a antropóloga, foi em decorrência disso e da baixa de vendas que houve uma mudança significativa no viés da redação nos anos subsequentes. Dentre as diversas reportagens que realizou nesse período, Corrêa (2006a) destaca a entrevista feita com o ex-presidente Jânio Quadros (1917-1992), após a cassação de seus direitos políticos pelo governo militar. Entretanto, não demorou para que saísse do periódico.

Com seu desligamento da revista, Corrêa retornou, brevemente, a Porto Alegre, antes de sua partida aos EUA. Em 1969, chegou em Michigan, onde Dentzien havia conseguido uma bolsa para realizar seu doutorado em ciência política. Durante sua estadia no país, Corrêa aproveitou para fazer diversos cursos relacionados a literatura, especialmente literatura hispano-americana, e dar continuidade ao seu desejo de ser escritora. Nesse contexto, é importante destacar sua afinidade com duas figuras, suas obras e trajetórias: Simone de Beauvoir e Ruth Landes (1908-1991). Além de seu desejo antigo de entrevistá-la, a filósofa francesa foi uma referência importante para a literatura feminista e para as feministas da geração de Corrêa, assim como para os estudos sobre mulheres que, anos depois, seriam denominados de estudos de gênero. O contato de Corrêa com Beauvoir já vinha do Brasil, mas foi nos EUA que o estudo sobre feminismo, em que a influência da autora francesa se mostrava central, se intensificou.

É ali também que Corrêa teve seu primeiro contato com a antropologia, através do livro *A cidade das mulheres* (*The city of women*, 1947), de Ruth Landes, e de um depoimento sobre a passagem da antropóloga norte-americana pelo Brasil (*Women in the field: anthropological experiences*, 1970). A antropóloga estadunidense fez pesquisa no Brasil na década de 1930 em terreiros na Bahia, enfatizando a importância do papel das mães de santo em terreiros de candomblé e a forte presença de homossexuais

como pais de santo nos cultos de caboclo. Seu trabalho, no entanto, foi duramente criticado por Arthur Ramos (1903-1949) e por Melville Herskovits (1895-1963), que também estudaram terreiros baianos e que produziram pareceres muito críticos sobre sua postura como pesquisadora (cf. Corrêa, 2002, 2003a, 2023a). Esse foi o primeiro de vários contatos que Corrêa teria com a figura e a obra de Landes (cf. Corrêa, 2023a), que mais tarde faria parte de sua análise sobre a relação entre gênero e a história da antropologia – o que resultou em uma breve troca de cartas entre elas na década de 1980. Em suas próprias palavras: “Se eu não tivesse lido a Ruth Landes contando a sua pesquisa aqui no Brasil, talvez eu nunca tivesse me interessado pela antropologia, porque, até então, a antropologia não existia para mim” (Corrêa, 2003b, p. 106). Esse conhecimento sobre a disciplina ganharia uma nova perspectiva no retorno ao Brasil.

No início da década de 1970, após dois anos e meio nos EUA, Corrêa retornou ao Brasil e passou a viver em Campinas, onde Dentzien recebeu um convite para lecionar na Unicamp. Sua intenção inicial era realizar uma pós-graduação em literatura com Antonio Candido (1918-2017) na Universidade de São Paulo (USP), mas seus planos foram frustrados ao ouvir de um colega que ele nunca aceitaria uma jornalista como aluna.³

Nesse mesmo período, Corrêa conheceu o antropólogo britânico Peter Fry (1941-), recém-chegado ao Brasil e à Unicamp para criar o Conjunto de Antropologia (atual Departamento de Antropologia) e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, juntamente com

3 Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (2018), esse amigo foi Marcos Faerman (1943-1999) – que será mencionado mais adiante. Entretanto, segundo Guita Grin Debert (1948-), por anos colega de Mariza Corrêa na Unicamp, a professora Heloisa Pontes (1959-) – que foi orientanda de Corrêa e que estudou, entre outros temas, o Grupo Clima, do qual Candido foi membro – afirmou que esse comentário não fazia sentido e que o intelectual não tinha nenhum problema com jornalistas, tendo inclusive criado o suplemento literário do jornal *O Estado de S. Paulo* e produzido diversas críticas literárias para o mesmo (cf. Debert, 2018).

Antonio Augusto Arantes (1943-) e Verena Stolcke (1938-).⁴ Fry a advertiu de que não precisava fazer literatura para ser escritora e lhe apresentou o livro *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande* (1937), de Edward Evans-Pritchard (1902-1973). Corrêa se apaixonou pelo livro e afirmou ter pensado que poderia “fazer literatura disfarçada de antropologia” (Corrêa, 2006a). Entre as várias qualidades do texto de Corrêa, destaca-se a criatividade dos títulos, que costumavam ser curtos e impactantes, em vez de meramente descritivos.⁵

É curioso que, três décadas mais tarde, Corrêa tenha confirmado essa relação entre literatura e antropologia através das histórias que buscava contar – algo que ela passou a explorar sobretudo a partir de seu doutorado, quando se voltou ao passado da disciplina que escolheu como profissão: “Acho que contar histórias é um dom que compartilhamos com os literatos e que deveríamos exercer com mais frequência. Contar histórias é um modo de não esquecer” (Corrêa, 2006c, p. 32). As pesquisas de pós-graduação foram fundamentais para a atuação de Corrêa como antropóloga feminista, que buscava olhar para a criatividade crítica de um olhar repleto de referências de vários campos do conhecimento. Em uma fala para o documentário produzido em comemoração aos 50 anos das Reuniões Brasileiras de Antropologia (Memórias [...], 2004a, 2004b), Corrêa afirmou que a pós-graduação foi um grande divisor de águas na história da antropologia no Brasil, a partir da criação de programas no

4 Quando Verena Stolcke chegou no Brasil ela utilizava o seu nome de casada, Verena Martinez-Alier, e isso perdurou até 1978; a partir dessa data ela escolheu utilizar novamente seu sobrenome de nascimento (cf. Fonseca, 2024). Neste livro opto por me referir a ela em todas as passagens como Verena Stolcke.

5 Além disso, Heloisa Pontes e Maria Filomena Gregori (2018, p. 2), que foram suas alunas, apontaram outra qualidade do trabalho de Corrêa que se vinculava à sua aproximação com a literatura: “Era pela escrita – e não só pelo conteúdo de seus argumentos – que ela punha a imaginação a serviço do discernimento rigoroso, inseparável do alcance de suas análises”.

final da década de 1960 e início dos anos de 1970.⁶ Entretanto, esse processo também representou um divisor de águas em sua própria trajetória, a inserindo efetivamente na disciplina à qual se dedicou por toda a vida – incluindo uma preocupação em estudá-la, analisá-la, contá-la e transformá-la.

É dessa forma que a antropóloga ingressa na terceira turma de mestrado em antropologia da Unicamp em 1973, sob a orientação de Verena Stolcke. Corrêa foi a primeira a obter o título do programa em 1975, com a dissertação intitulada *Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais* (Corrêa, 1975). Por muito tempo, a dissertação e seus desdobramentos, na forma de publicações, foram lidos mais pelo campo jurídico do que pelo antropológico. Essa temática de pesquisa surge de um desencontro entre o que Corrêa havia visto nos EUA em relação ao feminismo e o que estava acontecendo na sociedade brasileira, que passa a perceber com mais clareza: o assassinato de mulheres por seus maridos e absolvição desses últimos por seus crimes. Como já foi mencionado, o feminismo já havia aparecido na vida de Corrêa antes de sua viagem ao exterior, mas é somente após sua vivência e leituras realizadas na América do Norte que ela consegue compreender melhor sua formação e seu posicionamento como feminista.

6 A antropologia na pós-graduação teve início na USP ainda na década de 1930, com a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani em 1935, bem como da cadeira de Antropologia em 1941, ambas ainda baseadas no sistema de cátedras. O sistema foi reformulado em 1970 após a Reforma Universitária e o Parecer Sucupira (Corrêa, 2013b) – marcos que modificaram o ensino superior no Brasil na década de 1960. Nesse período houve também a tentativa de criação de um programa na Universidade de Brasília (UnB), porém em virtude no início da ditadura militar em 1964, apenas um mestre foi formado: o antropólogo Pedro Agostinho da Silva (1937-2022); posteriormente, o programa foi retomado (Serafim, 2021). Os primeiros programas de mestrado em antropologia, nos moldes que seguimos até os dias de hoje, foram implantados no Museu Nacional em 1968, na Unicamp em 1971, na USP em 1972 e na UnB em 1972. Com exceção da USP, os programas de doutorado só se iniciaram posteriormente.

Quando eu voltei, um dos grandes casos que estavam na imprensa era o assassinato de Jô de Souza Lima em Belo Horizonte [...] Eu fiquei chocada. Comecei a prestar atenção um pouco nisso e fiquei impressionada, porque isso era uma das áreas que ninguém estava analisando e os maridos que matavam suas mulheres estavam sendo sistematicamente absolvidos (Corrêa, 2003b, p. 106-107).⁷

Os casos de assassinatos se espalhavam por diferentes cidades no país, incluindo Campinas, onde passou a morar com sua família. Foi justamente um caso ocorrido na cidade que Corrêa escolheu para analisar em um exercício em uma das disciplinas de mestrado, ministrada por Peter Fry. A tarefa consistia em produzir uma análise a partir de um exercício etnográfico, relacionando com parte da bibliografia vista do curso – nesse caso, a análise situacional tal como proposta pelos intelectuais da chamada Escola de Manchester. Para isso, Corrêa analisou um julgamento ocorrido em 1973: o assassinato de uma mulher por seu marido, sob a justificativa de uma acusação de adultério. A esposa, uma professora, havia sido atingida por 12 facadas desferidas por seu marido, um advogado e procurador, que alegou ter defendido a sua honra – supostamente ameaçada pela relação da vítima com outro homem (cf. Fry, 2018). O resultado, que está disponível para a consulta no acervo pessoal de Fry e no de Corrêa,⁸ é uma etnografia detalhada do julgamento,

7 Josefina (Jô) Souza Lima (1935-1971) foi assassinada pelo seu marido, Roberto Lobato, em Belo Horizonte em 1971. No julgamento os advogados alegaram como defesa a "legítima defesa da honra" e Lobato foi absolvido pelo júri em 1973 (cf. Moura, 2019; Pontes, 2018).

8 O acervo de Peter Fry e também o de Mariza Corrêa estão disponíveis para consulta de pesquisadoras e pesquisadores no Arquivo Edgard Leuenroth, localizado na Unicamp. No caso de Fry, o documento em questão integra a subsérie Trabalho; já em relação à Corrêa, o mesmo se encontra atualmente na caixa 38.

incluindo a análise de todos os participantes. Esse exercício se tornaria a base mais sólida da pesquisa sobre crimes passionais que ela desenvolveu no mestrado.

Em sua dissertação, Corrêa discute, por meio da análise de um mecanismo compreendido como “legítima defesa da honra”, como a justiça e seus operadores se organizavam a partir de um código cultural que definia condutas. A pesquisa tem como recorte processos oriundos de Campinas ocorridos entre 1952 e 1973, relativos a casais heterossexuais, sejam eles formalizados perante o Estado brasileiro ou não. Vale destacar que a relação amorosa devia ser central para o caso. Posteriormente, a pesquisa foi publicada também nos livros *Os crimes da paixão* (Corrêa, 1981a) e *Morte em família* (Corrêa, 1983). Esse suposto instrumento jurídico não existia, e nunca existiu, formalmente na legislação brasileira; era, na realidade, uma distorção retórica da noção de honra – um argumento utilizado em casos de injúria ou difamação – e da noção de legítima defesa – que se aplica em situações de resposta a atos violentos ou agressões.

Nesse momento, ainda não se falava em análises de gênero, mas eram os papéis cumpridos e esperados de homens e mulheres que estavam em disputa nesses processos. O que se analisava nessa pesquisa era mais do que o crime em si, mas como esses homens e mulheres cumpriam as expectativas sociais vinculadas à masculinidade e à feminilidade. Ou seja, embora todas as pessoas envolvidas tivessem cometido um assassinato, nem todas foram julgadas e penalizadas da mesma maneira. Essa diferença não resultava, necessariamente, da violência empregada ou de outros fatores análogos, mas sim da quebra ou da manutenção das normas sociais. Aqui, poderia haver a comprovação do crime – o fato de as partes implicadas em julgar estarem convencidas de que houve um assassinato e quem era seu autor ou autora, mas a condenação não estava implicada de forma direta a esse conhecimento – e essa condenação era afetada pelos códigos sociais e morais de conduta e pela forma como isso era apresentado durante o processo. Ou seja, o centro do julgamento

não era o crime em si mesmo, mas como se articulavam o contexto dessa ação, a trajetória dos envolvidos e os papéis desempenhados.

Nessa mesma toada, o objetivo do trabalho de Corrêa não era desvendar os crimes ou trazer novos aportes nesse sentido; o que estava em foco era como as pessoas envolvidas e as operadoras da justiça brasileira mobilizavam as narrativas construídas em torno do caso a partir de certos pressupostos estruturais na sociedade brasileira. Em outras palavras, ela analisou como os atos de violência, produzidos tanto durante o crime quanto durante o julgamento, se transformavam em autos de justiça e em documentos que registram todo o processo. Seguindo esse caminho, Corrêa chegou à conclusão de que só é possível compreender esse fenômeno por meio do conjunto que integra os homens que assassinaram suas esposas (o que a levou a estudar esse objeto) e as mulheres que mataram seus maridos em contextos de disputas conjugais.

Nesse cenário é importante compreender o papel socialmente esperado de homens e mulheres. Para os primeiros, a noção de provedor era fundamental para entender seu contexto: funcionava tanto como um atenuante ao crime, quando essa categoria era mobilizada de maneira habilidosa pela defesa, quanto como uma justificativa para a violência exercida contra eles em casos de não cumprimento dessa função. Ser visto como um bom marido – aquele que atendia às demandas financeiras e materiais consideradas necessárias para a família –, em contraste com uma mulher que não desempenhava suas funções esperadas ou que comete adultério, poderia corroborar a tese de uma legítima defesa da honra. Por outro lado, ser um mau provedor ou um homem com comportamentos violentos comprovados poderia ser apresentado como uma justificativa para seu assassinato. Mais uma vez, o que estava em jogo no julgamento não era o crime isoladamente, mas sim a imbricação entre papéis desempenhados pelas pessoas envolvidas e os fatos tais como interpretados. Ou, nas palavras da antropóloga, a “situação em que ele foi cometido e a biografia de quem o cometeu” (Corrêa, 1983, p. 310).

No caso das mulheres, as noções de vítima e de fidelidade eram fundamentais para a análise de Corrêa. O adultério, por exemplo, era uma das principais alegações para a lesão da honra de seus companheiros, mas também poderia ser utilizado como atenuante para as mulheres, associando-se à justificativa de que estariam em busca de um verdadeiro provedor para suas casas. No caso das mulheres, o que estava em questão não era um ataque à sua honra, mas sim às suas formas de vida e subsistência. É importante ressaltar que a feminilidade estava fortemente atrelada a uma imagem de fragilidade, instabilidade e dependência, o que reforçava a ideia de mulheres como vítimas – e esse lugar fazia com que elas fossem menos penalizadas nos processos judiciais.

Essa concepção era corroborada por alguns discursos feministas do período, com o que Corrêa não concordava como prática política – tendo afirmado inclusive sobre um cansaço a respeito dessa vinculação nos discursos em diferentes ocasiões (cf. Corrêa; Piscitelli, 1998). Segundo Corrêa, bem como diversas colegas com quem mantinha interlocução sobre os desafios da crítica feminista, essa ideia de “vitimização” acabava por criar uma armadilha para as próprias mulheres, uma vez que, na “sua capacidade de ação, ou agência [...] nessa argumentação, a mulher aparece como um ser passivo, vitimado por uma situação já determinada por uma condição dada” (Gregori, 2018, p. 9). Peter Fry (2018) salienta que essa contribuição do trabalho de Corrêa teve uma dupla implicação: de um lado, o entendimento sobre como essas categorias eram mobilizadas pela sociedade e pelo Judiciário; de outro, “ao levar em consideração a violência física das mulheres, provocou o feminismo a um maior cuidado com a análise das relações de gênero” (Fry, 2018, p. 9). Essa virada se dá justamente com a entrada dos debates sobre gênero no país – que no caso de Corrêa e da Unicamp serão apresentados adiante.

Além da questão de gênero, classe e raça também eram elementos importantes a serem analisados, já que uma grande parte desse tipo de crime que chegava ao conhecimento público através dos jornais envolvia

famílias ricas. A posição no estrato social e racial que os envolvidos ocupavam também impactava a forma como eram interpretados pelo júri, muito em conformidade com o nível de afinidades e diferenças que ambos podiam apresentar naquele contexto específico de julgamento. A partir da década de 1990, com as mobilizações feministas, as pesquisas, os programas de televisão sobre o assunto, a alegação de “legítima defesa da honra” passou a ser menos aceita pelos tribunais no país. Isso não significa que a mesma tenha deixado de ser utilizada, mas que deixou de receber decisões favoráveis. No entanto, foi apenas em 2023 que o Supremo Tribunal Federal declarou esse instrumento retórico como inconstitucional (Tese [...], 2023). Como aponta Heloisa Pontes (2018, p. 6):

Se, em 1975, Mariza tinha dúvidas sobre a eficácia do seu estudo, cinco anos depois elas seriam descartadas. Não por um ato de vontade individual da autora, mas pela entrada definitiva do tema da violência de gênero nas bandeiras de luta do feminismo. No dia 10 de outubro de 1980, em ato público realizado em frente ao Teatro Municipal de São Paulo, foi lançado o SOS-Mulher⁹ [...] A violência contra as mulheres deixava de ser um assunto privado, restrito ao âmbito familiar e confinado ao ordenamento jurídico, para ser apreciada e entendida como um problema social e político de largo alcance. “Quem ama não mata” tornou-se o lema desse evento, que culminou na realização da primeira passeata feminista na cidade de São Paulo.

Outro ponto a ser destacado da dissertação de Mariza Corrêa diz respeito à reflexão que a antropóloga faz dos autos dos processos: na análise dos documentos judiciais, Corrêa chama a atenção para a não objetividade

9 “O SOS-Mulher de São Paulo foi a primeira entidade no Brasil criada por iniciativa de vários grupos feministas, em outubro de 1980, com o propósito de prestar atendimento a mulheres vítimas de violência” (Gregori, 2018, p. 6-7).

desses papéis, afinal eles são também responsáveis por construir e re-produzir os papéis sexuais esperados e refletem as narrativas criadas no processo, o que a antropóloga chama de fábula (Corrêa, 1975, 1983). Porém, a constatação de que os documentos não são sinônimos de uma verdade absoluta sobre o crime não implica que os mesmos não sejam válidos para uma análise sobre o caso, muito pelo contrário. A antropóloga ressalta a importância de olhar para a forma e o conteúdo da documentação, pois é ali, mais do que na performance do julgamento, que se torna possível acompanhar como o debate das narrativas está sendo travado: “Se queremos saber o que não está dito, temos de olhar para o que foi explicitamente dito, uma vez que as razões silenciadas necessitam do contraste das razões trombeteadas para emergir” (Corrêa, 1983, p. 302). O processo é o espaço onde as ambiguidades tentam ser resolvidas de uma maneira que permita um ordenamento com sentido para o julgamento.

Esse apontamento da antropóloga se relaciona diretamente às discussões travadas na historiografia e nas ciências sociais na segunda metade do século XX, sobre a não equivalência dos arquivos e documentos a repositórios de verdades, mas como espaços onde as narrativas são construídas e disputadas (Serafim, 2023b). É possível supor que Corrêa estava atenta a essa discussão por uma característica que se percebe ao longo de sua trajetória: tratava-se uma intelectual antenada em novas bibliografias e discussões travadas nas ciências sociais, tendo lido uma série de autoras e autores muito antes de chegarem a um amplo espectro de leitoras e leitores.¹⁰ Além disso, sua formação e seu trabalho como jornalista podem também ter contribuído para essa reflexão.

10 Isso fica evidente ao analisarmos os muitos textos que foram preservados em seu acervo, o qual será apresentado adiante. Da mesma forma, essa é uma característica frequentemente mencionada nas entrevistas realizadas durante minha pesquisa de doutorado.

O trabalho de Corrêa como jornalista vai além de suas primeiras experiências profissionais, anteriores à ida aos EUA. Após concluir sua dissertação de mestrado, ela também atuou em jornais alternativos e militantes – iniciativas caracterizadas pela independência editorial e pelo posicionamento crítico e contestador em relação ao contexto político e cultural do país naquele período. Esse trabalho teve início quando um colega de Porto Alegre, Marcos Faerman, na época um dos produtores da revista *Versus* (uma publicação de enfrentamento à ditadura militar brasileira), a indicou como jornalista responsável por um jornal feminista e político, que funcionava no mesmo espaço em São Paulo. Se tratava do *Nós Mulheres*, que teve início em 1975 e publicou edições entre 1976 e 1978. Nesse espaço, a antropóloga passou a conhecer melhor as ativistas da cidade, com quem escreveu e discutiu coletivamente todas as matérias publicadas durante os dois anos de funcionamento do periódico. A iniciativa foi encerrada devido às dificuldades de financiamento, levando seus membros a se separarem em diferentes grupos, em que continuaram suas atuações críticas.

Um desses espaços foi a Fundação Carlos Chagas, que, na época, reunia um grupo de pesquisa focado na situação da mulher, dirigido pela psicóloga e ativista Carmen Barroso (1944-), com financiamento da Fundação Ford. Foi nesse contexto que surgiu o jornal *Mulherio*, publicado entre 1981 e 1988, no qual Corrêa também atuou. Além do financiamento de uma instituição de grande prestígio, essa iniciativa contava com mais estrutura e as matérias eram assinadas individualmente pelas colaboradoras, embora o conselho editorial fosse praticamente o mesmo do *Nós Mulheres*. Adicionalmente, Corrêa colaborou também com alguns textos no *Lampião da Esquina*, um jornal produzido por homossexuais que saiu entre 1978 e 1981 e teve como um de seus criadores o antropólogo Peter Fry. É importante destacar que essas iniciativas ocorreram em plena ditadura militar, ainda que em seus anos finais, e em um contexto de parcial abertura política.

Paralelamente a isso, pouco tempo depois de defender a dissertação, em 1976, Corrêa se tornou professora da Unicamp. Dentre as várias disciplinas que lecionou ao longo de pouco mais de 30 anos de carreira, se destacam os temas associados às suas principais pesquisas: gênero e história da antropologia. Entretanto, além disso, a questão das relações familiares e métodos de pesquisa também foram bastante frequentes em suas aulas – como pode ser entrevisto tanto em seu Currículo Lattes¹¹ quanto nas várias ementas de cursos que foram preservadas em seu acervo documental.

A universidade, e principalmente o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e o curso de graduação em Ciências Sociais, eram ainda muito recentes quando Corrêa ingressou no quadro de docentes da instituição. O antigo Conjunto de Antropologia, agora Departamento de Antropologia, que havia sido inaugurado com os três docentes já mencionados, Arantes, Fry e Stolcke, começava a ter mais colaboradoras e colaboradores, ainda que fosse, à época, um núcleo pequeno. A Unicamp nasceu oficialmente após o início da ditadura militar, na década de 1960, e, por não estar localizada na capital paulista, como a USP, conseguiu se consolidar como um espaço onde certas temáticas e debates ainda podiam ser realizados, além de acolher intelectuais “perseguidos pelo regime militar” (Corrêa, 2013b, p. 153). Isso se refletiu na criação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e nas áreas específicas de ciências sociais e antropologia. Sobre esse período, Stolcke contou em entrevista para Corrêa que

a USP era muito confusa naquela época, estava sofrendo [perseguições]. Enquanto aqui tinha mais espaço, político, inclusive. Não tinha o olho do Dops¹² diretamente em cima, mas nós, estrangeiros estranhos,

11 Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1697698820602428> (acesso em 14/05/2025).

12 O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) foi um órgão policial de repressão e vigilância do governo brasileiro, que atuou principalmente durante os regimes do Estado Novo e da ditadura militar no país.

Peter e eu, com nossos fenótipos de turistas, e eu, como mulher, parecíamos totalmente inofensivos (Stolcke, 2013, p. 409).

É importante frisar que isso não significa que a Unicamp fosse um espaço à parte da repressão que ocorria na sociedade brasileira naquele período, apenas que a distância geográfica da capital paulista, assim como a própria distância do centro da cidade de Campinas, permitiram que a universidade fosse menos atingida pela repressão em comparação a outras instituições do país (como a USP e a UnB). Além disso, o reitor da época, o médico Zeferino Vaz (1908-1981), ocupava uma posição ambígua em relação ao contexto político: de um lado, era defensor do golpe militar; de outro, defendia os “seus comunistas”.¹³ O relatório da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni” (Relatório [...], 2015)¹⁴ apontou que “a Unicamp esteve longe de ser uma ilha serena em mar revolto” (Piva, 2021): docentes, servidores, servidoras e estudantes foram submetidos a ameaças, prisões, interrogatórios e torturas, assim como ocorreram demissões por razões políticas, com aval das instâncias superiores da universidade.

A antropologia na Unicamp nasce, portanto, nesse contexto político e sob forte influência da antropologia britânica, graças à formação de Arantes, Fry e Stolcke,¹⁵ e com um grande destaque para os temas liga-

13 Carta do professor do Departamento de Ciência Política, Caio Navarro de Toledo (2013), dirigida à comunidade da Unicamp, sobre a necessidade da criação de uma Comissão da Verdade na universidade.

14 Braço local da Comissão Nacional da Verdade, realizada na Unicamp entre 2013 e 2015, essa Comissão teve como objetivo investigar as violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar.

15 Antonio Augusto Arantes cursou seu doutorado na Universidade de Cambridge com o antropólogo britânico Edmund Leach (1910-1989); Peter Fry se doutorou na Universidade de Londres sob a orientação da antropóloga britânica Mary Douglas (1921-2007); já Verena Stolcke produziu sua tese na Universidade de Oxford, junto ao antropólogo britânico Peter Rivière (1934-).

dos aos estudos de mulheres e de família (hoje entendidos como estudos de gênero), bem como de sexualidade. A disciplina, tal como constituída nessa universidade, foi pioneira nessas temáticas no Brasil. Além disso, a pesquisa empírica era também um aspecto central da formação, assim como um forte vínculo com a história – algo que é notável no trabalho desenvolvido por Stolcke no Brasil¹⁶ e nos trabalhos subsequentes de Corrêa. Segundo Stolcke (2013), isso também se devia ao fato de ela e Fry serem estrangeiros e sentirem uma necessidade maior de entender o que era o país através das pesquisas empíricas.

O contingente de docentes aumentou, inicialmente, com a contratação de pesquisadoras e pesquisadores visitantes, oriundos do Brasil ou de outros países. Em um segundo momento, a universidade passou a contratar efetivamente mais professoras e professores para seu quadro, com formação de sua própria pós-graduação ou de outros programas que haviam sido iniciados no mesmo período. Esse foi o caso de Corrêa, mas também de Suely Kofes (1949-), Alba Zaluar (1942-2019) e Carlos Rodrigues Brandão (1940-2023).

Entre as atividades exercidas na Unicamp, Corrêa foi chefe do Conjunto de Antropologia do Departamento de Ciências Sociais (1980-1981); coordenou o curso de graduação em Ciências Sociais (1983-1984); chefiou o Departamento de Ciências Sociais (1985-1987); coordenou as áreas História Intelectual e Etnografia da Ciência (1987) e de Família e Relações de Gênero (1993) do Doutorado em Ciências Sociais; integrou o Conselho Diretor do Arquivo Edgard Leuenroth (1987-1988); coordenou o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (1988-1989); e foi diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – sendo a primeira mulher a ocupar essa posição – entre 1989 e 1993.

16 Destaco a pesquisa com as trabalhadoras das plantações agrícolas da região de Campinas, como *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)* (Stolcke, 1986).

Logo no início de sua docência na Unicamp, Corrêa, juntamente com alunas e professoras da instituição,¹⁷ criou um grupo de discussão feminista. Essa iniciativa, chamada Coletivo Feminista, organizou três eventos entre 1978 e 1980, intitulados “Semana da Mulher”, realizados na universidade. Tanto as reuniões do grupo quanto os eventos tinham como objetivo unir a teoria e a prática, promovendo discussões teóricas e acadêmicas nas ciências sociais em diálogo com os movimentos feministas e sociais (cf. Corrêa, 2001a). Sobre esse período, Maria Filomena Gregori (2018, p. 3) afirmou que “mais do que um grupo de estudos, tratava-se de uma alternativa de ativismo coletivo e, sobretudo, pessoal [...] Acho que para todas nós, o coletivo foi aprendizado político, afetivo e intelectual”.

Ao olhar para a trajetória de Corrêa até aqui, fica evidente que, para compreender seus movimentos, é preciso um olhar ampliado que aglutine “militância política, pesquisa acadêmica e cenário político-cultural” (Corrêa, 2001a, p. 23). Embora esses campos se entrelacem e influenciem os temas que ela escolheu abordar ao longo de sua carreira, é importante lembrar que a antropóloga tinha consciência de que havia distinções entre a atuação política e a prática científica, reconhecendo que, por vezes, era necessário separar esses dois campos em sua análise (cf. Corrêa, 1998).

A distinção e a imbricação das duas áreas também se refletiram em duas iniciativas que Corrêa ajudou a criar: o Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu em 1991 e a revista *Cadernos Pagu* em 1993. No primeiro, atuou como coordenadora e pesquisadora; na segunda foi diretora e editora. O Pagu surgiu após um curso sobre gênero e feminismos planejado por Elisabeth Souza Lobo (1943-1991),¹⁸ à época professora visitante da Unicamp, e promovido pela pesquisadora Adriana Piscitelli (1954-), inspirado na obra da historiadora norte-americana Joan Scott (1941-). O curso

17 Dentre elas, Heloisa Pontes, Maria Filomena Gregori (1959-), Verena Stolcke e Jeanne Marie Gagnebin (1949-).

18 Elisabeth Souza Lobo integrou, juntamente com Corrêa, o jornal *Mulherio*.

não chegou a ser efetivamente ministrado em decorrência da morte da socióloga, mas serviu de base para os debates do que viria a ser o Centro de Estudos de Gênero, que posteriormente se tornou Núcleo. Em razão da importância de Souza Lobo para essa história e para o campo de estudos de gênero, o Pagu recebeu o apelido da escritora e jornalista Patrícia Galvão (1910-1962). O nome “Pagu” foi uma sugestão da própria Souza Lobo, que tinha grande admiração pela figura (cf. Corrêa, 1998; Padovani; Simões; Bueno, 2023).¹⁹ Corrêa foi editora-chefe da *Cadernos Pagu* de 1994 a 2009, uma iniciativa que se transformou em uma das principais revistas na área de gênero, estudos feministas e sexualidade no país.

Família, gênero e poder: o caminho até *as ilusões da liberdade*

Em meados da década de 1970, após concluir a dissertação, Mariza Corrêa passou a delinear as ideias de uma pesquisa sobre família, o que rendeu importantes reflexões, bem como a formação de um eixo de pesquisas na Unicamp sobre o tema:

A coisa começou com meu interesse em desmentir as versões tradicionais que existem sobre as formas de organização f[a]miliar no Brasil – a primeira coisa a fazer sendo a busca dos pressupostos que informam a construção das teorias sobre família patriarcal brasileira (Gilberto Freyre et al) e daí partir para uma pesquisa propriamente antropológica em alguma região (talvez Sul talvez Maranhão), onde as formas de organização familiar tenham sido radicalmente diferentes desde o início da constituição da sociedade brasileira (Corrêa, [entre 1975 e 1978]).

19 A partir de 2010, a biblioteca do Núcleo passou a se chamar Biblioteca Beth Lobo, em homenagem póstuma à pesquisadora.

A busca de Corrêa por compreender as teorias sobre família a levou a uma reflexão crítica sobre as práticas sociais de controle sobre o corpo no século XIX, o que, por sua vez, a conduziu à obra de Arthur Ramos, *Loucura e crime* (1937). Nesse livro, Ramos narra a história da Escola Nina Rodrigues, um conjunto de intelectuais médicos baianos cuja obra teve um grande impacto nas ciências sociais e na própria consolidação da antropologia no país, especialmente na transição do século XIX para o século XX. Vale destacar que esse nome, assim como o uso do termo “Escola”, surgiu depois da morte do próprio Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), a partir das reivindicações desses pesquisadores que o sucederam, que buscavam estabelecer uma continuidade de temas de pesquisa a partir de suas ideias.

A transição da pesquisa de mestrado para o doutorado de Corrêa foi fortemente influenciada pelo trabalho de Michel Foucault (1926-1984). Desde o mestrado, ela já se aprofundara em diversas obras do filósofo francês, especialmente no que tange ao direito. No entanto, foi durante o doutorado que encontrou um campo de pesquisa que considerou “talhado para pôr as ideias de Foucault em discussão” (Corrêa, 2006a).²⁰

É então, nessa relação entre o trabalho de Arthur Ramos e de Michel Foucault, que Corrêa desenvolveu sua tese de doutorado em ciência política na USP, sob orientação de Ruth Cardoso (1930-2008), entre 1978 e 1982. Antes de apresentar essa pesquisa com mais detalhes, é preciso contextualizar brevemente o período em que foi desenvolvida. Como

20 Além da influência do trabalho de Foucault para o trabalho pessoal de Corrêa, a antropóloga ressaltou também sua importância para a antropologia e para as ciências sociais no Brasil, tendo em vista que sua obra chega ao país em um momento de intensa efervescência dos movimentos sociais (Corrêa, 2003b, p. 114). Nessa mesma ocasião, ela recorda a passagem de Foucault pelo país em 1975, quando ele se recusou a realizar uma palestra agendada na USP ao saber do assassinato do jornalista Vladimir Herzog (1937-1975) pelo regime militar. Em vez disso, aceitou dar uma palestra em um Centro Acadêmico da Unicamp – a convite da própria Corrêa.

mencionado, Corrêa já era professora da Unicamp e, por isso, buscou outra instituição para realizar seu doutoramento – sendo que, naquele momento, havia apenas o programa da USP em São Paulo e o recém-criado programa do Museu Nacional no Rio de Janeiro, iniciado em 1977.

Desde o final da década de 1960, Ruth Cardoso e Eunice Durham (1932-2022), que até então atuavam como assistentes da cadeira de Antropologia na USP, migraram para a área da Ciência Política em meio à reestruturação das ciências sociais nessa instituição, tal como realizada no período. Dessa forma, uma grande parte de antropólogos e antropólogas com titulação pela USP nessa geração, com exceção de pessoas ligadas à questão indígena e às questões raciais, foi formada em outra área disciplinar. Segundo Cardoso (2013), essa transferência teve como pano de fundo uma série de questões desencadeadas com a aposentadoria do titular da cadeira, o professor Egon Schaden (1913-1991), além de tensões que já vinham ocorrendo anteriormente.²¹ Durham retornou ao Departamento de Antropologia na década de 1980, enquanto Cardoso permaneceu na Ciência Política durante toda a sua atuação na universidade.

É nesse cenário que Corrêa desenvolve sua pesquisa intitulada *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*, que

21 Entre os fatores envolvidos nesse processo, se destaca a contratação, em regime distinto, de João Baptista Borges Pereira (1930-2026) como assistente (em relação às duas assistentes já contratadas, Durham e Cardoso) e sua indicação por Egon Schaden para titular da cadeira de Antropologia, por ocasião de sua aposentadoria. Se soma a isso a impossibilidade de promoção de Gioconda Mussolini (1913-1969) para a vaga, em virtude de não ter o título de doutora; a derrota na tentativa de contratação de um docente de outro país para ocupar temporariamente a vaga deixada por Schaden (o que permitiria que essa escolha fosse feita com mais vagar); bem como as diferenças teóricas entre a antropologia que estava sendo produzida naquele momento na cadeira sob orientação de Schaden (mais alinhada à ideia de aculturação, de influência norte-americana), e a antropologia urbana ou de inspiração funcionalista inglesa promovida pelas três assistentes mulheres da cadeira. Para mais detalhes sobre essa questão, ver a entrevista de Ruth Cardoso concedida a Corrêa em 1990 (Corrêa, 2013b).

é resultado de uma pesquisa aprofundada sobre um grupo de médicos, “misto de cientistas sociais” (Corrêa, 2013a, p. 11), que colaboraram para a constituição do pensamento antropológico no país no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. A antropóloga se debruçou sobre esse grupo de intelectuais, com destaque para Raimundo Nina Rodrigues, Arthur Ramos e Afrânio Peixoto (1876-1947), buscando compreender como suas práticas científicas estavam articuladas a ideologias raciais, projetos de Estado e disputas de poder intelectual. Além disso, através da análise da Escola Nina Rodrigues, a autora revela o legado de um investimento no trabalho científico nacional, ao examinar como a rede de pesquisadores e de ideias se formou ao redor do médico-antropólogo maranhense.

Desde o início, Corrêa deixava claro que seu objetivo não era meramente reconstruir uma história das ideias ou das instituições. O foco de sua análise estava em investigar como o saber antropológico era mobilizado, por quem, com quais interesses e com quais efeitos. Durante sua investigação, a antropóloga teve dificuldades para estabelecer relações satisfatórias entre as ideias de Nina Rodrigues e seus discípulos sobre a sociedade brasileira e a forma como atuavam socialmente na mesma, ou seja, como a teoria e a prática política se entrelaçavam. Isso porque as análises do período costumavam se concentrar em apenas um desses elementos, ou, ainda, utilizavam um para criticar o outro sem fazer uma reflexão contextualizada ou sem comunicar isso adequadamente às leitoras e aos leitores das publicações produzidas. A autora propôs que a chamada Escola Nina Rodrigues fosse examinada criticamente, levando em consideração não apenas o conteúdo das ideias produzidas, mas também o contexto histórico e político que permitiu que tais ideias se tornassem legítimas. Como apontam Christiano Tambascia e Gustavo Rossi (2018, p. 9-10):

Daí que, diferente de muito do que se escrevera a respeito até então, ao invés de simplesmente denunciar o racismo nas ideias de Nina Rodrigues e seus discípulos (ou tratá-las como meros equívocos de

uma etapa “pré-científica” da antropologia), *As ilusões da liberdade* vinha justamente problematizar a importância de se entender as lógicas a partir das quais essas ideias de inferioridade racial se tornaram efetivas e significativas, uma causa socialmente relevante quanto aos modos como as pessoas de um certo grupo, tempo e contexto implicavam o mundo em que viviam.

Esse esforço revela uma das principais contribuições de Corrêa: propor uma crítica que não apaga as figuras históricas, mas as compreende em sua complexidade, reconhecendo suas limitações sem desconsiderar sua relevância intelectual. Essa postura permitiu ver a produção de conhecimento como atravessada por contradições e ambiguidades, evitando tanto a demonização retrospectiva quanto a celebração acrítica de trajetórias da história da disciplina.

A pesquisa tinha como pano de fundo um momento de grandes transformações no país. O período analisado coincide com a transição do Brasil do Império à República, logo após a abolição da escravidão no final do século XIX, quando o discurso oficial passou a promover ideais liberais de cidadania, igualdade e progresso. No entanto, como Corrêa mostra, esses ideais estavam longe de se realizar plenamente. É nesse contexto de contradições que surgem as “ilusões da liberdade” mencionadas no título da obra: a ideia de que bastaria a concessão formal da liberdade para corrigir séculos de desigualdade estrutural. O trabalho de Nina Rodrigues e de seus ditos seguidores é expressão clara dessa ambiguidade. Desse debate, emergiu também uma reflexão sobre as definições de nação e de povo, que, nesse cenário, se entrelaçou às questões raciais desenvolvidas no país.

Corrêa evidencia que, naquele momento, o projeto de construção da nação brasileira estava profundamente atravessado por concepções raciais. Os intelectuais da Escola Nina Rodrigues viam na mestiçagem não apenas um dado demográfico, mas uma condição a ser analisada (e muitas vezes corrigida) à luz de modelos de reflexões europeus sobre raça. A

definição de quem compunha o “povo brasileiro” estava, assim, contaminada por hierarquias implícitas, nas quais determinados grupos – especialmente negros, indígenas e pobres – eram tratados como obstáculos ao progresso nacional. A medicina legal, a antropologia e o direito convergiam para uma ideia higienizada de nação, racialmente “melhorada”, em consonância com ideologias eugenistas em voga na época. Ao demonstrar essas conexões epistemológicas, sociais e políticas, Corrêa desmonta a suposta neutralidade científica desses discursos e os reinscreve no centro das disputas sobre o que significava ser brasileira ou brasileiro.

O racismo de Nina Rodrigues, tantas vezes chamado a desqualificar suas pesquisas empíricas, era partilhado por quase todos os intelectuais importantes de sua geração, os quais não só citavam os mesmos autores – de [Thomas] Buckle a [Arthur de] Gobineau – como colocavam a “questão racial” nos mesmos termos, embora nem sempre concordassem com as consequências dessa colocação. A tônica de suas manifestações era a analogia que esses intelectuais estabeleciam entre raça e nacionalidade e a definição de nosso povo como uma população de mestiços (Corrêa, 2013a, p. 45).

Corrêa mostra como a medicina legal, o direito penal e a nascente antropologia se entrelaçavam nesse momento, compartilhando preocupações com a ordem social, o controle da criminalidade e a “normalização” dos corpos e comportamentos. Os sujeitos privilegiados desses estudos eram, invariavelmente, os grupos que ocupavam posições marginalizadas na sociedade brasileira: a população negra, mulheres, pessoas consideradas “loucas”, homossexuais e criminalizadas. A autora evidencia que esses grupos não eram vistos como sujeitos de direitos, mas como objetos de intervenção e correção científica.

Antes de avançar, é preciso comentar brevemente sobre a ideia de uma “Escola Nina Rodrigues”. Corrêa chegou à conclusão, em sua

pesquisa, de que não há uma teoria ou metodologia única que unia Nina Rodrigues a seus discípulos (ou mesmo entre os próprios discípulos). Dessa forma, o primeiro é frequentemente resgatado e lembrado como um brilhante intelectual e pesquisador, com reconhecimento internacional, que reuniu um grupo de discípulos com um talento semelhante e que, após a morte de Nina Rodrigues, seguiram para outras instituições no país. Apesar disso, nenhum desses intelectuais que se reivindicavam seus seguidores abordava detalhadamente suas contribuições em seus próprios trabalhos. Ao contrário: ao resgatarem seu “mestre”, acabavam por colocá-lo em posição secundária e, assim, restringiam o alcance efetivo de suas contribuições. Para Corrêa, o que existe, na verdade, é uma construção de sentido, sobre o impacto e a continuidade do legado de Nina Rodrigues, que é feita a posteriori, que busca legitimar uma linhagem científica brasileira com raízes próprias, de preferência “autônoma” em relação às tradições europeias, ao mesmo tempo que se distinguia de uma outra vertente brasileira emergente sobre o pensamento social brasileiro, representada por Gilberto Freyre (1900-1987), em Pernambuco.

Essa disputa simbólica entre linhagens revela uma tensão profunda e constitutiva da organização tensionada de um campo de estudos sobre o Brasil: de um lado, estava o esforço de Arthur Ramos para se filiar à tradição científica fundada por Nina Rodrigues, conferindo ao primeiro legitimidade histórica; de outro, a necessidade de se diferenciar de Freyre, cujas interpretações sobre a mestiçagem e a cultura brasileira se tornariam centrais para uma outra concepção de identidade nacional. Ao mesmo tempo que reverencia Nina Rodrigues como mestre fundador, Ramos reformula profundamente seus pressupostos teóricos ao se aproximar das ideias do culturalismo norte-americano. Essa relação entre filiação simbólica e ruptura teórica é central para entender os processos de institucionalização da antropologia no Brasil.

É importante ressaltar outro aspecto valioso da tese de Corrêa: o cuidado metodológico com que tratava seus temas de estudo. Longe

de aplicar julgamentos anacrônicos, a autora insistia na importância de compreender esses intelectuais em seus próprios termos, situando suas ideias nos debates científicos e políticos de sua época. Essa postura permite entrever a complexidade de um momento histórico em que ciência, medicina e política estavam profundamente imbricadas, e em que a antropologia ainda buscava se afirmar como disciplina autônoma. Ao mesmo tempo, é preciso reforçar o caráter crítico do trabalho de Corrêa, já que a antropóloga entendia a produção do conhecimento não como um processo linear de acúmulo, descobertas e avanços, mas como um campo atravessado por disputas, interesses e contextos específicos. Dessa forma, ela propôs uma análise atenta às contradições e ambiguidades que marcaram o início do desenvolvimento da disciplina no país – e não apenas nesse período, como veremos adiante.

Após defender sua tese, Corrêa passou a refletir sobre novos projetos de pesquisa, inicialmente retomando o interesse na ideia de desenvolver algo em torno de uma temática mais voltada à família. Nesse mesmo ano, sua dissertação foi publicada como livro e ela permaneceu ativa em grupos de discussão sobre a situação da mulher e da família no Brasil, como o grupo de trabalho “Trabalho, família e sociedade” criado pela socióloga Lia Fukui, que Corrêa coordenou entre 1985 e 1986, desenvolvido nos Encontros Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).²² Como aponta Moraes (2018, p. 22), o tema família entrou nas discussões feministas cedo e Corrêa “foi uma das primeiras a criticar o economicismo presente nas ciências sociais e a necessidade de uma ampliação dos horizontes de pesquisa sobre outras dimensões da vida familiar, para além das estratégias de sobrevivência ou a participação da mulher no mercado de trabalho”. Esse apontamento permite compreender melhor um comentário de Debert

22 O GT foi o espaço onde as discussões de gênero começaram a emergir na ANPOCS e, posteriormente, foram desenvolvidas em outros fóruns acadêmicos.

em homenagem a Mariza Corrêa, em que afirmou que ela era excelente em colocar sob suspensão as verdades tidas como indiscutíveis, inclusive os debates acadêmicos. Interessavam mais a Corrêa as “boas perguntas” do que as “convicções estabelecidas” (cf. Homenagem [...], 2017).

A ideia inicial de Corrêa para dar continuidade a suas pesquisas após o doutorado era investigar a posição da mulher nas famílias de estancieiros e comerciantes no sul do Brasil (cf. Corrêa, 1994a). A antropóloga chegou a produzir um texto, nunca publicado, intitulado “*As armas e os barões assinalados...*”: *genealogias e história da família* (Corrêa, [198-]). Segundo Adriana Piscitelli (2023), esse trabalho foi escrito e apresentado em um seminário acadêmico no início da década de 1980.²³ Nesse artigo, Corrêa realiza um estudo comparativo entre redes familiares de comerciantes de duas cidades no sul do país – Paranaguá (PR) e Pelotas (RS) –, localidades que perderam seus lugares de destaque na concentração de capital econômico, comercial e político para o estado de Santa Catarina e para a cidade de Porto Alegre na passagem do século XIX para o XX. Nessas redes, o casamento entre algumas famílias mais abastadas apontava para uma endogamia bastante intensa como forma de estreitamento dos laços entre as elites locais e a manutenção do poder (Corrêa, [198-]). O objetivo do trabalho era discutir as possibilidades e dificuldades de uma metodologia que empregava o material genealógico para produzir uma reconstrução familiar, ao mesmo tempo que colocava como foco as relações de gênero envolvidas nessa articulação.²⁴

23 A partir das referências utilizadas por Corrêa, é possível supor que esse documento não date de antes de 1983.

24 Além disso, Corrêa publicou dois artigos e dois textos em anais de congresso sobre família na década de 1980: “Repensando a família patriarcal brasileira” (Corrêa, 1981b), “Mulher & família: um debate sobre a literatura recente” (Corrêa, 1984c), “A imagem fugaz: a família na antropologia brasileira” (Corrêa, 1984b) e “Gilberto Freyre e os modelos de família no Brasil” (Corrêa, 1988).

No entanto, seus planos mudaram pouco tempo depois, levando-a a se aprofundar na história da antropologia no Brasil, como veremos no próximo capítulo.



Parte dos ex-presidentes da Associação Brasileira de Antropologia, 2003: Roque de Barros Laraia (1932–), Ruben Oliven (1945–), Sílvio Coelho dos Santos (1938–2008), Eunice Durham, Manuela Carneiro da Cunha (1943–), Gilberto Velho (1945–2012), Antonio Augusto Arantes, Gustavo Lins Ribeiro (1953–), Mariza Corrêa e Roberto Cardoso de Oliveira (1928–2006) (Fundo Mariza Corrêa, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp).

Memória, arquivo e crítica: Mariza Corrêa e a antropologia em perspectiva

A história da antropologia era, enfim, uma história emocionante: quanto mais sabíamos, mais queríamos saber. Ao mesmo tempo, percebíamos, ou intuíamos, que boa parte das histórias que íamos ouvindo eram, paradoxalmente, histórias para não serem contadas: algumas histórias de amor e morte, outras histórias de pequenas intrigas de bastidores. [...] Como me disse uma colega de métier uma vez: “E isso importa?” Importa, creio que importa saber o quanto as pessoas que são parte de nossa história não são personagens descarnados, mas são pessoas como nós, sujeitas às mesmas pressões de seu tempo, envolvidas nas mesmas teias de amizade-parentesco-dívidas acadêmicas nas quais nós nos envolvemos. Ainda que boa parte de nossas histórias não possa ser contada, elas ajudam os pesquisadores a emprestar significado às histórias contadas, a entender melhor certos movimentos dos personagens (Corrêa, 2006c, p. 35).

Foi dessa forma que Corrêa relatou as histórias ouvidas e contadas no Projeto História da Antropologia no Brasil coordenado por ela na Unicamp, e que a consolidou como uma das principais referências nesse campo de estudos no país. Da mesma forma como as tantas trajetórias que conheceu e compartilhou, conhecer mais sobre sua própria vida nos ajuda não apenas a entender como se desenvolveu seu trabalho e seus interesses de pesquisa, mas também as instituições, os contextos antropológicos desse período e outras histórias envolvidas nesse processo.

O segundo capítulo do livro dá continuidade à trajetória intelectual de Mariza Corrêa, acompanhando os desdobramentos de sua atuação a partir do início do PHAB e os projetos que desenvolveu até o final de sua vida. A partir dessa iniciativa, a antropóloga lançou luz sobre figuras centrais e esquecidas da antropologia brasileira, evidenciando os vínculos entre as várias formas de contar as histórias da disciplina. Aqui, mais do que trazer à tona figuras esquecidas pela história oficial da disciplina, estava em foco interrogar a própria lógica dos silenciamentos e invisibilidades que marcaram a consolidação do campo. E, principalmente, refletir sobre o que podemos fazer a partir desse novo conhecimento.

História da antropologia no Brasil: projetos, arquivos e memória disciplinar

Clifford Geertz estava argumentando em favor de utilizar o método antropológico para o estudo das chamadas “comunidades científicas”: uma vez que os intelectuais contemporâneos vivem em bandos, conhecem-se razoavelmente bem uns aos outros, empregam uma linguagem comum e têm uma carreira determinada por certas regras, por que não estudá-los do mesmo modo que os antropólogos estudaram os Azande ou os Zulus? (Corrêa, 2013b, p. 15).

Foi em virtude da temática de sua tese de doutorado e da transferência de Manuela Carneiro da Cunha, então professora do Departamento de Antropologia da Unicamp, para a USP, que Corrêa foi convidada para assumir a coordenação do PHAB, então dirigido por sua colega. Enquanto ainda atuava como professora na Unicamp, Carneiro da Cunha conseguiu aprovar um projeto junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para registrar a memória da disciplina no país. Assim, em 1984 o PHAB foi iniciado.

Segundo Corrêa (2013b), apesar de o projeto ter objetivos mais modestos do que Geertz estava propondo, era “reconfortante” saber que havia um eco dos interesses e das formas metodológicas que estavam em voga no Norte e no Sul global. Com isso, a antropóloga antecipava que a história da antropologia que pretendia contar estava diretamente ligada ao próprio fazer antropológico e às preocupações teóricas sobre as quais a disciplina se debruçava.

Em um primeiro momento, o PHAB tinha objetivos “modestos”, como ela mesma os caracterizou: entrevistar algumas das pessoas pioneiras da antropologia no país, em um curto período de trabalho (cerca de um semestre letivo), com a intenção de registrar e publicar essas entrevistas. Essas figuras eram costumeiramente chamadas carinhosamente de “velhinhos” por Corrêa. No entretanto, as atividades ganharam novos contornos quando a antropóloga recebeu a sugestão de realizar disciplinas sobre a temática e incluir as alunas e os alunos, inicialmente de pós-graduação em antropologia social e posteriormente, de graduação em ciências sociais, no projeto de pesquisa. Em 1984, a dinâmica ocorreu de maneira mais rígida, com dois momentos definidos para a realização de entrevistas e realizados na universidade: uma atividade junto às e aos estudantes, gravada em áudio, e outra, com um público mais restrito, gravada em vídeo.¹ A partir de 1985, os depoimentos começaram a ser coletados em outras cidades e estados, o que levou ao deslocamento do grupo para a produção de novos depoimentos.

1 Essa dinâmica ocorreu principalmente nos primeiros anos do projeto e com as entrevistas realizadas na Unicamp. Quanto às gravações em vídeo, havia ainda mais variações: por exemplo, a entrevista com Egon Schaden foi gravada em uma área externa da Unicamp, apenas com Corrêa e o entrevistado (cf. Schaden, 1984); já o depoimento de Manuel Nunes Pereira (1893-1985) ocorreu em um auditório da universidade e contou também com a presença de outras quatro pessoas no palco, entre elas, Manuela Carneiro da Cunha.

Quanto às colaborações, além das discussões travadas nas disciplinas sobre o tema e da audiência em parte das iniciativas, alguns alunos e alunas de graduação e pós-graduação atuaram ativamente no projeto. Em alguns textos e documentos resultantes do PHAB (Corrêa, 2003c, 2006c; Corrêa; Mello, 2008), é possível citar o trabalho de alguns desses discentes: Adriana Piscitelli, Ana Luisa Mello e Silva, Andrea Ines Milesi, Beatriz Couto Porto, Carlos James dos Santos, Emilia Pietrafesa de Godoi, Fernanda Soares, Flávia Carneiro Leão, Francisco Tadeu Ribas Rosa, João Batista Cortez, José Augusto Laranjeiras Sampaio, Luiz Henrique Passador, Maria Helena Ortolan e Yeda Bocaletto.² Além disso, o PHAB impulsionou outras pesquisas, como é o caso de Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (1954-). Como relata Corrêa (2003b), após a leitura da entrevista com Oracy Nogueira (1917-1996), realizada no âmbito do PHAB por Corrêa e Guita Grin Debert, Cavalcanti procurou o filho de Nogueira, já que ele havia falecido, e conseguiu recuperar seus documentos, o que resultou na organização de seu acervo, bem como na publicação de *Oracy Nogueira: esboço de uma trajetória intelectual* (Cavalcanti, 1995).

Com o tempo, ficou claro que a tarefa era muito mais complexa do que o inicialmente previsto, e o projeto começou a se expandir. Paralelamente ao trabalho de produção de depoimentos, o PHAB passou a receber acervos documentais e fotográficos. O antropólogo e médico maranhense Thales de Azevedo (1904-1995) foi o primeiro entrevistado e também contribuiu para o alargamento do projeto, ao indicar uma lista extensa

-
- 2 Na maior parte dos casos, não foi possível encontrar informações sobre a trajetória acadêmica das e dos estudantes após o projeto. Destaco, contudo, que atualmente Piscitelli e Godoi são professoras do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Unicamp; Leão atua como arquivista na mesma universidade; Cortez foi professor do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Sampaio é professor da Universidade do Estado da Bahia; Passador é professor na Universidade Federal de São Paulo; e Ortolan é professora do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Amazonas.

de pessoas que deveriam ser entrevistadas, assim como doou parte de sua correspondência. Dessa forma, o projeto, que começara a partir de um ponto em que se tinha pouca informação sobre o tema, ganhou novos contornos (temporais e geográficos), além de novas demandas e novos aportes financeiros (cf. Corrêa, 1985; Serafim, 2024). Novas disciplinas foram oferecidas sobre o tema, e estudantes passaram a desenvolver pesquisas na pós-graduação utilizando o material coletado. Surgiu, então, a necessidade de encontrar um lugar adequado para o armazenamento e preservação de diferentes suportes documentais.

Embora tenha havido um destaque para a antropologia produzida no Sudeste do país – especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, devido à maior concentração de projetos, pessoas e instituições já consolidadas na região –, Corrêa se esforçou para incluir também a história e a trajetória de figuras de outros estados. Para a autora, afinal, é fundamental destacar a importância da antropologia produzida nos estados da Bahia e de Pernambuco para o desenvolvimento e consolidação da disciplina no país.

Quanto à questão temporal, o PHAB inicialmente tinha como foco o período entre os anos de 1930 e 1960. Embora a antropologia no Brasil já fosse praticada antes da década de 1930, foi nesse período que fatores convergentes impulsionaram seu desenvolvimento, como a criação de instituições de ensino superior e a necessidade de profissionais com especialização. Nos anos subsequentes, houve um aumento significativo da produção antropológica no país e o desenvolvimento de grandes projetos de pesquisa. Nesse contexto, em 1955, foi criada a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que cristalizou um “território antropológico” (Corrêa, 1985, p. 5) por meio de encontros e trocas entre as e os profissionais, estabelecendo regras e espaços coletivos para a divulgação de trabalhos. Essa consolidação, juntamente com uma mudança no cenário das políticas educacionais do país, possibilitou as transformações que marcaram o período seguinte. Com o passar do tempo, o PHAB passou a adotar como baliza final do período que compreenderia a pesquisa o final

da década de 1970, quando foram criados os primeiros quatro programas de pós-graduação em antropologia no país. A partir desse momento, a história da disciplina já era mais conhecida e analisada. Além disso, esse marco representa também uma transição na forma de fazer e estar na pesquisa, como salientou Corrêa (2013b, p. 108-109, grifo da autora):

Se até um certo momento os personagens dessa história estavam suficientemente distantes no tempo, ou no espaço, para serem, justamente, tratados como *personagens*, já no momento seguinte eles são *pessoas* – e pessoas muito próximas [...] aqui, como nas etnografias tradicionais, a pesquisadora sempre *sabe demais*. Sabe demais por ter se envolvido pessoalmente com parte dessa história, por conhecer duas ou três versões de um mesmo evento, por ter sido testemunha de episódios ou ter ouvido histórias que não pode contar [...] Não se trata mais, em suma, de uma história a ser recuperada [...] mas sim de uma história compartilhada.

Com a expansão cronológica do projeto, houve uma convergência entre o tempo vivido pela antropóloga e o tempo da pesquisa. Nesse sentido, sua participação passou a figurar de outra maneira, sendo também uma “protagonista das histórias que pretendia contar” (Tambascia; Rossi, 2018, p. 16), seja porque foi testemunha dos acontecimentos, seja porque conviveu temporariamente com os sujeitos da narrativa. Sua presença nesse período não anulava seu trabalho sobre o mesmo; ao contrário, a proximidade com os sujeitos pesquisados, entrevista nas relações estabelecidas com os mesmos, constituiu uma forma específica – e potente – de condução das reflexões sobre as histórias que reconstruiu. Ao mesmo tempo, essa posição também definia os limites e os distanciamentos possíveis em sua abordagem.

Produzir a história da disciplina não se resume a observar e narrar passivamente o passado; se trata também de um ato ativo de produção e de construção de narrativas e realidades sobre o período. Dessa forma,

quem produz, de que forma, com quais perguntas e materiais, impacta diretamente a história a ser contada e reivindicada. Esse é um aspecto que se tornará mais evidente ao se abordar o projeto subsequente ao PHAB, mas que já aqui merece ser ressaltado. As histórias da antropologia produzidas por Corrêa estão impregnadas de críticas que, embora não tentem apagar a história e as figuras que já estavam consolidadas, repensam a forma como olhamos e como as contamos.

Com a expansão do PHAB, ficou evidente que seria impossível cobrir todo o campo e registrar depoimentos de todas as pessoas reconhecidas como antropólogas que estavam vivas no país durante aquele período. Portanto, foi necessário estabelecer alguns critérios de trabalho. Nesse caso, se priorizou a realização de entrevistas com figuras menos conhecidas, especialmente devido à escassez de registros sobre as mesmas na época. Esse é o caso da ausência de depoimentos de Darcy Ribeiro (1922-1997) e de Gilberto Freyre, por exemplo. Ainda assim, no acervo de Corrêa é possível encontrar uma série de materiais produzidos por terceiros sobre esses personagens que o PHAB não abordou diretamente. Além disso, se tornou evidente que as figuras consideradas secundárias eram tão importantes para a história quanto aquelas vistas como centrais, já que “para se ter um Darcy Ribeiro, tem vários outros ali ao lado, como Heinz Forthmann, a Berta Ribeiro, o Pe. Friel” (Corrêa, 2003b, p. 120).³

Em termos de investimentos, além da FAPESP, o PHAB recebeu recursos da própria Unicamp, por meio de seu Fundo de Apoio à Extensão e Pesquisa (FAEP), mas também de agências federais, como do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). É importante destacar que, apesar do aumento de verbas e da ampliação da execução do projeto, os recursos não foram suficientes para abarcar todo o material produzido e

3 Heinz Forthmann (1915-1978), Berta Gleizer Ribeiro (1924-1997), Protásio Friel (1912-1974).

recuperado. Essa é uma das razões pelas quais é possível falar sobre seu ano de início, mas não sobre seu ano de encerramento, uma vez que Corrêa deu continuidade a esse trabalho concomitantemente à sua atividade profissional na Unicamp. Ainda assim, seus esforços produziram um vasto material, parte do qual permanece, até hoje, inédito e/ou aguardando uma organização técnica e de pesquisa mais detalhada. O PHAB e o trabalho de Mariza Corrêa seguem impulsionando, até os dias de hoje, uma agenda de pesquisa na Unicamp voltada a essa temática, que busca dar continuidade aos interesses e ao legado por ela iniciados. Podemos citar duas iniciativas relevantes: o projeto “História da Antropologia no Brasil Revisitada: Arquivo da Disciplina”⁴ e o projeto “Historiografia da Antropologia”.⁵

Para além da Unicamp, o trabalho de Corrêa sobre história da antropologia no país se desenvolveu paralelamente a outras importantes iniciativas relativas à temática, situadas no mesmo contexto temporal. Se destaca, em particular, o projeto “História das Ciências Sociais no Brasil”, coordenado por Sergio Miceli (1945-2025) no Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos (IDESP), que teve início em 1987 (cf. Miceli, 1989, 1995).

-
- 4 A iniciativa foi coordenada por Christiano Key Tambascia (1976-) entre 2014 e 2017 e contou com financiamento da FAPESP, por meio do auxílio intitulado “Constituindo arquivos: a produção da memória para a história da antropologia através do colecionismo de Nimuendaju e Fagg”. O projeto tinha como objetivo retomar a produção do acervo da história da antropologia no Brasil, iniciada por Corrêa na Unicamp, contribuir para a reflexão sobre a constituição da disciplina antropológica no Brasil e promover a constituição e a organização de acervos (ver Lassali; Serafim; Tambascia, 2018).
 - 5 O projeto foi coordenado por Luís Felipe Sobral e também contou com financiamento da FAPESP. Realizado entre 2019 e 2025, a iniciativa teve como objetivo consolidar uma linha de pesquisa sobre a temática, promovendo investigações sobre as múltiplas histórias da antropologia que, ao mesmo tempo, refletiam sobre sua própria escrita e sobre as razões de produzi-las. Dentro dessa proposta, se reuniram diferentes pesquisas que trabalham com acervos do PHAB, bem como outros acervos antropológicos (ver Aguiar, 2022, 2023; Alves Pinto, 2024; Cassalho, 2023; Fonseca, 2024; Serafim, 2021, 2022, 2023a, 2023b, 2024, 2025; Sobral, 2023; Tomaz, 2026).

Esse projeto reuniu pesquisadoras e pesquisadores de diferentes áreas das ciências sociais e em distintos momentos de suas carreiras acadêmicas, com o objetivo de “fazer uma sociologia intelectual e uma história social do campo das ciências sociais, de seu processo de institucionalização, de seus atores e de sua produção” (Pontes; Rosatti; Reis, 2020, p. 115). Corrêa também foi uma das colaboradoras dessa iniciativa. O projeto resultou em publicações de grande relevância, sendo uma das principais a coletânea *História das ciências sociais no Brasil* (Miceli, 1989, 1995), dividida em dois volumes. Esses estudos abordaram a trajetória das ciências sociais brasileiras, com ênfase no contexto paulista, desde suas origens até o fortalecimento das mesmas como campo disciplinar, analisando instituições como a USP e a Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

No que diz respeito à produção de pesquisas individuais, ainda que com objetivos distintos, podem ser destacados os trabalhos de Julio Cezar Melatti (1938-), *Antropologia no Brasil: um roteiro* (1983); de Mariza Peirano (1942-), *Anthropology of anthropology: the Brazilian case* (1981); e de Roberto Cardoso de Oliveira, *Sobre o pensamento antropológico* (1988). Dos três autores mencionados, Melatti (2007) é o único que não se dedicou diretamente a uma pesquisa voltada à história da antropologia, embora seu texto seja amplamente conhecido e citado até os dias de hoje. Essa iniciativa foi inicialmente elaborada para estudantes de Introdução à Antropologia da UnB e, posteriormente, foi publicada em periódicos. Trata-se, portanto, de um texto com o objetivo de apresentar um panorama geral da disciplina, considerando as necessidades e demandas do curso ofertado pela universidade, e abordando também outras áreas, como arqueologia, linguística e antropologia física.

Já o trabalho de Peirano (1991) é fruto de sua tese de doutorado, desenvolvida na Universidade de Harvard. Nesse caso, o foco recai sobre a antropologia social brasileira, mas a partir de uma discussão estimulada pelo trabalho do antropólogo francês Louis Dumont (1911-1998) sobre “comunidades de antropólogos e a ideologia envolvente” (Peirano, 1992, p. 10).

Sua pesquisa teve como objetivo analisar a antropologia feita no Brasil, bem como o trabalho de seis antropólogos brasileiros, tomados como um caso etnográfico, utilizado para refletir sobre a prática de intelectuais e as ideologias que norteavam suas atividades profissionais – sendo o ideal de construção nacional (*nation-building*) um elemento fundamental de reflexão nesse caso específico.

No caso de Roberto Cardoso de Oliveira (1988), apesar da proximidade e da importância da interlocução entre ele e Corrêa, como veremos adiante, seu trabalho tinha como foco a elaboração de uma epistemologia da ciência, a partir da análise das matrizes disciplinares que orientavam a antropologia de modo geral e de como essas matrizes eram aplicadas e reproduzidas no caso brasileiro e em outros países periféricos. Periférico, aqui, se refere a contextos que não se constituíram como locais onde a antropologia havia sido gerada, neste caso EUA, França e Inglaterra, mas que, ainda sim, desenvolveram estilos próprios de antropologias nacionais, mantendo, no entanto, uma relação com a matriz geradora (Cardoso de Oliveira, 1988; Serafim, 2021).

Já a pesquisa desenvolvida no PHAB tinha como objetivo recuperar e divulgar a história da disciplina em seus anos iniciais, trazendo à tona personagens, produzindo material, recolhendo depoimentos, e tentando abarcar o que fosse possível, em termos territoriais nacionais. Dessa forma, a proposta do projeto foi mais abrangente do que algumas das iniciativas citadas, ao mesmo tempo que esteve centrada nas pessoas e instituições que produziram essa história.

O PHAB nunca foi oficialmente concluído.⁶ Corrêa continuou refletindo sobre a história da antropologia no Brasil, mesmo enquanto

6 Apesar disso, houve um evento de encerramento do projeto, realizado em 1984, que levou o nome do projeto inicial da FAPESP (História da Antropologia no Brasil (1930-1960): Testemunhos). O encontro contou com a participação de Eunice Durham, Roberto DaMatta (1936-), Wanderley Guilherme dos Santos (1935-2019), Peter Fry e Sergio Miceli (cf. Corrêa, 1984a, 1984d).

desenvolvia outras pesquisas em paralelo. Essa intermitência no desenvolvimento do projeto pode ser uma chave para compreender os motivos pelos quais parte do acervo foi entregue a um centro de documentação, enquanto outra parte permaneceu sob a posse da antropóloga até a sua morte (e hoje integra seu arquivo pessoal, preservado justamente nesse centro de documentação). Ainda na década de 1980, em meio ao recebimento de documentos de participantes do projeto, Corrêa iniciou um trabalho de organização e doação desse material a um espaço com condições adequadas de preservação e pesquisa. O local escolhido foi o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), um centro de documentação pertencente ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.⁷ Além disso, também foram enviadas parte do conjunto das fitas VHS e cassete das entrevistas produzidas ou coletadas pelo PHAB (cf. Corrêa, 1995a).

Quanto aos acervos recebidos pelo projeto, é possível dividi-los em dois grupos. O primeiro consiste em conjuntos documentais mais extensos, que foram constituídos como fundos independentes e que receberam, em alguma medida, uma organização específica. Esse é o caso dos acervos da ABA, de Donald Pierson (1900-1995), de Herbert Baldus (1899-1970) e de Roberto Cardoso de Oliveira. Assim, embora tenham sido recolhidos por Corrêa ou pelo PHAB, esses acervos foram depositados como fundos “autônomos”. Já o segundo grupo abrange, em geral, conjuntos documentais menores, que, embora pudessem ser identificados como

7 O AEL abriga um dos mais importantes acervos documentais do Brasil, especializado em história social, política e dos movimentos sociais do país. Vinculado à Unicamp, o arquivo foi fundado em 1974 e recebeu o nome do jornalista anarquista Edgard Leuenroth (1881-1968), que reuniu uma vasta documentação relacionada à memória dos movimentos operário e anarquista brasileiros, base para a criação da instituição. Atualmente, o AEL conserva documentos sobre a história social, política e cultural do Brasil e da América Latina, além de registros vinculados a diversas pesquisas conduzidas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, e também à história intelectual. Dados disponíveis na página da instituição: <https://ael.ifch.unicamp.br/> (acesso em 21/03/2025).

acervos independentes, permaneceram junto ao acervo Mariza Corrêa. Isso se deve ao fato de terem ficado, até a morte da antropóloga, em sua sala de trabalho ou em sua residência, e terem sido doados ao AEL junto com sua documentação pessoal. Nesse grupo, é possível identificar documentos de Thales de Azevedo, Eduardo Galvão (1921-1976) e João Baptista de Lacerda (1846-1915). A diferença entre os dois grupos parece ter razões práticas, tendo como ponto central o tamanho da documentação recolhida. No entanto, não é possível afirmar com certeza por que esse segundo grupo não foi doado antes ao arquivo. A ausência de um encerramento formal do PHAB, associado à oscilação de pessoas colaboradoras e de recursos financeiros após a década de 1990, pode indicar algumas das dificuldades enfrentadas para a efetivação plena do projeto. É preciso ressaltar, contudo, que a menção desses documentos como coleções em um artigo publicado na revista *Manguinhos* sugere que essa organização fez parte dos horizontes da antropóloga, ao menos até aquele período (cf. Corrêa, 1995a).

Julgo importante realizar uma apresentação de alguns dos acervos coletados pelo PHAB, os quais permitem evidenciar certos aspectos da trajetória de Mariza Corrêa. A relação da antropóloga com a ABA vai além da simples filiação profissional, já que ela ocupou cargos de tesoureira, diretora regional, integrante do conselho científico e, por fim, presidente da entidade (no período de 1996-1998). Foi durante a execução do PHAB que os arquivos institucionais da ABA foram doados ao AEL, sob a presidência de Antonio Augusto Arantes, também professor da Unicamp. Essa prática foi retomada por algumas gestões posteriores, incluindo a de Corrêa. Ainda sobre essa documentação, é importante mencionar que a doação foi crucial não apenas para a preservação desse material histórico, mas também para atender à demanda de organização, de modo que esses papéis pudessem ser utilizados de modo mais eficaz pela própria ABA. Uma das motivações centrais dessa necessidade estava relacionada às demandas legais envolvendo a demarcação de terras indígenas.

É importante ressaltar a interlocução com dois titulares de documentos recebidos: Roberto Cardoso de Oliveira e Donald Pierson. A participação de Cardoso de Oliveira no projeto não se limitou ao fornecimento de seu depoimento e à doação de seu acervo; ela também impulsionou sua própria transferência para a Unicamp, onde atuou por cerca de dez anos, além de ter favorecido a cooperação de outros colegas com o projeto (cf. Serafim, 2021). Na universidade, a interlocução entre Corrêa e Cardoso de Oliveira se intensificou, uma vez que o antropólogo desenvolveu pesquisas voltadas à reflexão sobre o fazer antropológico – parte dessas discussões já foi mencionada anteriormente. Essa aproximação contribuiu para a ampliação do debate na Unicamp sobre a antropologia como objeto de pesquisa, além do desenvolvimento de uma área de pesquisa dedicada ao tema no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Sociais – criado em 1985. A área História Intelectual e Etnografia da Ciência (atualmente corresponde à linha Modos de Conhecimento e suas Expressões: Experiências e Trajetórias) teve ambos como coordenadores em seus primeiros anos. Além disso, Corrêa incorporou algumas das discussões travadas no PHAB no projeto “Estilos de Antropologia”, coordenado por Cardoso de Oliveira na Unicamp. Luiz Henrique Passador (1963-), que atuou como colaborador do PHAB durante a graduação e a pós-graduação, relatou⁸ que a colaboração entre Cardoso de Oliveira e Corrêa nesse período foi bastante frutífera e contribuiu mutuamente para os projetos que ambos desenvolviam na universidade.

Donald Pierson, por sua vez, foi um dos principais interlocutores de Mariza Corrêa no âmbito do PHAB. Sociólogo estadunidense, Pierson realizou pesquisas sobre as relações raciais na Bahia e estudos de comunidade em duas localidades brasileiras, tendo lecionado por mais de 20 anos na Escola Livre de Sociologia e Política. Se tornou, assim, uma figura-chave para a compreensão do desenvolvimento das ciências

8 Em entrevista concedida a mim em 26 de setembro de 2024.

sociais no país. Com ele, Corrêa, manteve uma troca de correspondência durante mais de cinco anos. Esse diálogo, que teve início com um pedido de depoimento escrito ao projeto,⁹ se expandiu para conversas sobre a trajetória de Pierson e suas redes de relacionamento no Brasil, e resultou em um processo de seleção e envio de documentos pessoais à antropóloga. A maior parte do material enviado se encontra hoje no fundo Donald Pierson, no AEL, enquanto outra parte, composta pelo próprio diálogo entre os dois, está depositada no fundo Mariza Corrêa. Se trata de um material valioso, que revela a relação construída ao longo dos anos, o trabalho de seleção documental, aspectos da trajetória de ambos e questões relacionadas ao tema do PHAB. Nesse contexto, a figura de Helen Pierson (1906-1994) também se torna essencial, especialmente em relação ao desenvolvimento do projeto subsequente de Corrêa.

Parte dos resultados do PHAB foi publicada (Corrêa, 1985, 1986, 1987a, 1995a, 1995b, 2003c, 2006c, 2013b, 2023b), mas a maioria permanece inédita. Um dos planos iniciais previa a publicação de um segundo e um terceiro volume de *História da antropologia no Brasil (1930-1960)*, ainda no final da década de 1980. O segundo volume incluiria resumos das entrevistas realizadas, acompanhados de breves biografias das e dos personagens e um encarte de fotografias. O terceiro volume traria um índice dos acervos recebidos pelo projeto (cf. Corrêa, 1987b).¹⁰ As razões pelas

9 O material foi posteriormente publicado em *História da antropologia no Brasil (1930-1960): testemunhos: Emilio Willems e Donald Pierson* (Corrêa, 1987a) e republicado em *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia* (Corrêa, 2013b).

10 Houve ainda uma tentativa de publicação do segundo volume, planejado para a coleção *Textos Didáticos*, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (cf. Corrêa, 1994b), bem como a proposta de publicação das entrevistas com os antropólogos e a antropóloga que fundaram o Programa da Pós-Graduação em Antropologia Social da universidade, por ocasião da comemoração de seus 20 anos (cf. Corrêa, 1990). No entanto, ambos os projetos não chegaram a ser concretizados.

quais essas iniciativas não se concretizaram ainda são desconhecidas. Ao final, o livro *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre história da antropologia* (Corrêa, 2013b), além de republicar textos que haviam saído em diferentes espaços, conta também com duas entrevistas inéditas, com Ruth Cardoso e com Verena Stolcke, que, segundo a própria Corrêa, “são praticamente as únicas a incluir uma reflexão de gênero a esta história” (Corrêa, 2013b, p. 12).

Grande parte do material produzido e coletado, assim como registros do desenvolvimento do PHAB, se encontra atualmente no acervo documental de Corrêa. Esse conjunto foi doado ao AEL após a morte da antropóloga e corresponde a documentos que estavam em seu apartamento, em Campinas, e em sua sala de trabalho na Unicamp. Embora o acervo de Corrêa ainda não esteja integralmente organizado, ele pode ser consultado por interessadas e interessados, no próprio centro de documentação. Atualmente, o material está dividido em pouco mais de 70 caixas-arquivo com documentação textual, dez pastas de grande formato que guardam cartazes e recortes de jornais, e mais oito caixas-arquivo com material especial, sendo duas de fotografias e seis que abrigam fitas VHS, fitas cassete, DVDs, disquetes e películas.

Esse acervo reúne milhares de documentos pessoais e profissionais da antropóloga, além de materiais coletados pelo PHAB que não foram constituídos como acervos independentes. Entre os conteúdos, se destacam correspondências (ativas, passivas, de terceiros e cópias de e-mails), materiais de estudo e docência (fichamentos, anotações, textos de terceiros, planos de aula, ementas de disciplinas, etc.); agendas, cadernos e documentos referentes a processos burocráticos, como bolsas e auxílios de projetos e pesquisas. Há também cópias de teses e dissertações de outras pessoas, publicações da própria autora (incluindo rascunhos), programações de eventos, editais e outros documentos vinculados a programas de pós-graduação. O acervo inclui ainda trabalhos de estudantes de suas disciplinas, suas próprias produções enquanto aluna de mestrado,

anotações e rascunhos diversos, além de documentos resultantes de seus projetos de pesquisa e materiais relacionados às suas orientandas e orientandos. Há também alguns registros de sua atuação como jornalista em iniciativas feministas.

Quanto aos materiais de pesquisa, além das entrevistas gravadas em fitas cassete e VHS, encontramos transcrições de parte delas (muitas ainda inéditas), bem como documentos recebidos e reunidos pelo PHAB. Esse é o caso, principalmente, de parte da documentação pessoal e das correspondências de Eduardo Galvão, doados por Clara Galvão (1922-1989); dos documentos de João Baptista de Lacerda, doados por seu neto; e das correspondências de Thales de Azevedo, doadas pelo próprio titular. Além disso, o acervo reúne também materiais relacionados a outras figuras relevantes para a história das ciências sociais no Brasil, como Nina Rodrigues, Leolinda Daltro (1859-1935), Dina Dreyfus (1911-1999), Wanda Hanke (1893-1958), Anísio Teixeira (1900-1971), Charles Wagley (1913-1991), Cecília Roxo Wagley (?-1994), Melville Herskovits, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Ruth Landes, Darcy Ribeiro, Virgínia Bicudo (1910-2003), Gioconda Mussolini, Heloísa Alberto Torres (1895-1977), entre outros. Por fim, o acervo contém ainda muito material inédito ou em desenvolvimento, como diversas apresentações em congressos.

Dessa forma, o acervo se configura como a materialização de uma trajetória e de um trabalho intelectual, permitindo acompanhar um percurso no qual diferentes temáticas foram sendo constituídas ao longo da carreira de Corrêa. Esse contexto abrange desde suas pesquisas na pós-graduação até a implementação e desenvolvimento do PHAB, bem como os desdobramentos que serão discutidos a seguir. Esse conjunto, que entrelaça a pesquisadora e sua pesquisa, parece reunir de forma tátil e concreta indícios materiais da trajetória de uma imaginação crítica sobre a história da antropologia. Ainda que, possivelmente, todo acervo pessoal de uma pesquisadora ou de um pesquisador contenha essas duas dimensões, no caso da documentação de Corrêa essa fusão é ainda

mais evidente, em razão do tipo de pesquisa que produziu e do material que preservou. Ou seja, não se trata apenas de rascunhos ou anotações que remetem a outros arquivos e trajetórias, mas de grandes volumes de materiais de terceiros reunidos em seu próprio acervo, muitos deles, inclusive, originais. É justamente essa imbricação entre pesquisadora e pesquisa que conforma a singularidade do acervo, assim como a própria relação entre Corrêa e o PHAB. Se trata de um arquivo que reflete as marcas deixadas por essa intelectual sobre sua própria vida, ao mesmo tempo que expressa os resultados de seus esforços em multiplicar o interesse pela memória da disciplina que escolheu como ofício. O acervo, assim, se constitui como um espaço onde convergem diversas facetas da atuação de Corrêa, evidenciando a indissociabilidade entre engajamento social e político e a reflexão crítica sobre o fazer científico.

Sobre essa experiência de pesquisa e sobre a escrita desse passado, tanto para ela quanto para as pesquisadoras e pesquisadores envolvidos, Corrêa afirmou:

Um significado para mim [de escrever sobre a antropologia] e para todo o pessoal que trabalhou comigo, estudantes e vários outros, foi o resultado de uma curiosidade imensa. Eu me formei em antropologia nesse país sem saber nada sobre a antropologia brasileira. Da antropologia brasileira não necessariamente, mas da antropologia feita no Brasil [...] Aprendi fazendo essa pesquisa e acho que vários dos estudantes que trabalharam comigo nessa pesquisa ou assistiram os cursos que dei aprenderam que nós temos uma história da nossa disciplina feita aqui e nós não sabemos nada disso [...] Como é que tu te relacionas com teu passado se não sabes nada a respeito dele? Então uma parte importante do trabalho da disciplina é conhecer a sua história [...] O que mais posso dizer que significa escrever sobre a história da antropologia no Brasil? Significa recuperar, para as gerações mais jovens, um pouco do perfil de pessoas que foram importantes na constituição da disciplina no Brasil (Corrêa, 2003b, p. 119-120).

Como já mencionado, uma perspectiva histórica foi central na antropologia produzida na Unicamp, marca presente desde a criação do Programa de Pós-Graduação da universidade, especialmente por meio dos trabalhos de Verena Stolcke. Sobre seu trabalho realizado na década de 1970, a antropóloga alemã compartilhou, na entrevista concedida a Corrêa e ao PHAB, uma reflexão que ouviu do antropólogo britânico Peter Worsley (1924-2013), segundo a qual a história, de forma convencional, “conta eventos, fatos sem gente. Conta batalhas, acontecimentos históricos datados, as revoluções etc. Não tem sujeitos. Salvo alguns historiadores como E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e os marxistas” (Stolcke, 2013, p. 422). Essa visão se contrapunha à antropologia, que tradicionalmente esteve voltada a escrever sobre pessoas, mas sem história. A questão, então, era justamente articular esses dois aspectos. Considero importante resgatar essa história contada por Stolcke porque, apesar de todas as transformações pelas quais ambas as disciplinas passaram ao longo das décadas, a lembrança sobre uma história com pessoas retrata o contexto institucional em que emergiram o PHAB e os trabalhos de Corrêa. Essa perspectiva perpassa as mudanças que ocorreriam na década seguinte, já apresentadas anteriormente, ao mesmo tempo que ressalta uma característica central das trajetórias intelectuais de ambas as antropólogas: uma história da antropologia, ou uma antropologia histórica, no caso de Stolcke, permeada pelas pessoas que construíram, e que continuam a construir, a disciplina no Brasil.

Corpos em disputa: antropologia, gênero e política do saber

Foi a partir desse entendimento sobre quem foram as pessoas que fizeram parte dessa história da antropologia que Corrêa passou a analisar as figuras que haviam sido lembradas ou esquecidas. Nesse sentido, a categoria gênero passa a desempenhar um papel fundamental na escrita

dessa história. Ao longo do PHAB, algumas pistas e questões começaram a ressoar. Por um lado, durante sua participação no projeto no IDESP, já mencionado, Miceli apontava para uma “feminização” das ciências sociais desde seu início (cf. Corrêa, 1994a). Sendo assim, onde estavam as mulheres que haviam desaparecido desse imaginário? Por outro lado, duas figuras que emergiram durante o PHAB se tornaram fundamentais para o início das reflexões que entrelaçam gênero e história da antropologia: Dina Dreyfus e Helen Pierson, que representavam, de formas diferentes, as esposas de antropólogos, “uma categoria importante na época, e talvez não apenas na época” (Corrêa, 2013b, p. 25-26).

Antes de falar sobre essas duas personagens, é importante destacar que, embora o trabalho colaborativo não fosse exclusivo de casais internacionais, como são os dois casos apontados aqui, parecia ter sido uma prática mais amplamente difundida nesse grupo.¹¹ Além disso, Corrêa ([1989]) observava que essa colaboração era utilizada em parte devido às “peculiaridades do trabalho de campo” e aos diferentes acessos que gênero possibilitava na pesquisa. Esse debate, embora tenha sido mais desenvolvido posteriormente na disciplina (passando a incluir também outros marcadores sociais da diferença, como raça), merece destaque: em tempos de etnografias que buscavam capturar a totalidade das sociedades estudadas, ter acesso a determinados grupos, rituais ou conversas, em razão da própria posição que um pesquisador ou uma pesquisadora ocupava naquele contexto, produzia um grande impacto. Dessa forma,

11 Durante uma entrevista realizada por mim com o antropólogo Roberto DaMatta, em 25 de junho de 2019, ele relatou que havia ido a campo com sua esposa, Celeste Leite Augusto DaMatta (1937-) – que estava grávida àquela altura –, e com seus dois filhos mais velhos. Sobre esse episódio, contou: “Ela foi depois comigo, para escândalo dos meus professores, inclusive do Roberto [Cardoso de Oliveira]. Lembro que [ele disse que] eu estava virando americano, que eu estava virando inglês. Eu queria, eu sabia que eu com ela e com os filhos, eu podia passar [mais tempo em campo]”.

o trabalho colaborativo entre casais funcionava como uma ampliação desse espectro. Segundo Corrêa (2003b, p. 111), “vários antropólogos mais antigos eram muito mais perceptivos a respeito disso. Lembrem-se de Robert e Yolanda Murphy, eles tinham plena noção de que a Yolanda podia entrar em alguns lugares, fazer certas coisas. Ou Victor Turner e Edith Turner”.¹² Mas ainda assim, como nos lembra Lyn Schumaker (2008), o trabalho de Edith Turner parecia invisível, fora dos círculos acadêmicos mais próximos, até a publicação de seus relatos de campo e de sua pesquisa individual.

Sobre o lugar dessas reflexões no trabalho de Corrêa, é importante recuperar a trajetória das duas figuras mencionadas. Dina Dreyfus¹³ era conhecida pelo nome de casada quando chegou ao Brasil, na década de 1930, como integrante da missão francesa que atuou na constituição da USP. Na época, Dina Lévi-Strauss não foi contratada pela universidade, ao contrário de seu então marido, Claude Lévi-Strauss (1908-2009), apesar de ambos possuírem a mesma formação (cf. Valentini, 2010). Dreyfus continuou desenvolvendo algumas pesquisas vinculadas à França, mas também colaborou na preparação do trabalho de campo de Lévi-Strauss entre comunidades indígenas no país, concretizando a primeira colaboração do casal com o Departamento de Cultura da cidade de São Paulo. Esse primeiro trabalho resultou em um curso de etnografia ministrado por Dreyfus na mesma instituição, além de outras pesquisas nas áreas da etnologia e da antropologia física,¹⁴ e na criação da Sociedade de Etnologia e Folclore, ao lado de Mário de Andrade (1893-1945) e Lévi-Strauss.

12 Robert Murphy (1924-1990), Yolanda Murphy (1925-2016), Victor Turner (1920-1983) e Edith Turner (1921-2016).

13 Segundo Moraes (cf. Trânsitos [...], 2022), Dina Dreyfus se chamava oficialmente Fernande Dreyfus, mas adotou o nome Dina ainda na década de 1930 e o utilizou por toda sua vida.

14 Que resultou na publicação do livro *Instruções práticas para pesquisas de antropologia física e cultural* (1936).

Segundo Fernanda Azeredo de Moraes (cf. Trânsitos [...], 2022), Dina Dreyfus foi uma das pioneiras entre as francesas a realizar pesquisa de campo na América do Sul antes da Segunda Guerra Mundial. Seu diário de campo, produzido durante a expedição à Serra do Norte,¹⁵ em 1938, foi utilizado por Lévi-Strauss na redação de *Tristes trópicos* (1955), embora essa referência apareça de forma muito sutil na publicação. A participação de Dreyfus na missão foi interrompida por conta de uma grave conjuntivite, que a deixou temporariamente cega e a obrigou a retornar às pressas para a França. Moraes (cf. Trânsitos [...], 2022) observa que, algum tempo depois, a intelectual francesa se divorciou e decidiu não continuar atuando na disciplina, o que contribuiu para que desaparecesse, ao menos por um período, da história da antropologia.

Entre as pesquisas que desenvolveu no país, se destaca a produção de filmes etnográficos, material com o qual Corrêa se deparou no contexto de trabalho do PHAB. Dessa forma, a antropóloga brasileira iniciou uma busca por mais informações sobre a intelectual francesa, que se estendeu por quatro anos. É importante ressaltar que, naquele momento, se sabia muito pouco sobre Dreyfus, além de sua vinda ao Brasil e sua participação em algumas atividades científicas. Como aponta Corrêa (2003a), Dreyfus não era uma desconhecida para a história da antropologia, mas os registros a mencionavam apenas como integrante do “casal Lévi-Strauss” ou como a “esposa de Lévi-Strauss”.

Após a separação, ela voltou a usar seu nome de solteira, o que dificultou ainda mais a busca de Corrêa sobre o destino da intelectual francesa. Corrêa afirmou, que, em um primeiro momento, não a conhecia por esse nome:

15 A missão realizada entre 1938 e 1939, na região Centro-Oeste do Brasil, contou a participação de Dreyfus, Lévi-Strauss, Luiz de Castro Faria (1913-2004) e Jehan Vellard (1901-1996).

Dina Lévi-Strauss. Ela foi finalmente descoberta, com seu nome recuperado, Dina Dreyfuss, e entrevistada por Anne Marie Pessis, que então estava trabalhando conosco. Foi a partir dessa entrevista, na qual fica muito claro como nos lembramos e nos esquecemos das coisas, que comecei um trabalho de recuperação de algumas das personagens femininas de nossa história (Corrêa, 2006c, p. 36).

A entrevista em questão, disponível em vídeo no fundo Mariza Corrêa,¹⁶ revela a dificuldade de Dreyfus em recordar o período em que esteve no Brasil, incluindo textos e vídeos que haviam sido publicados. Foi somente após muita insistência de Pessis que alguns nomes e passagens começaram a ser recuperados, como o de Mário de Andrade. Além disso, durante a conversa, Dreyfus afirma que talvez tivesse continuado a atuar na antropologia se não tivesse se divorciado de Lévi-Strauss, mas optou por retornar à filosofia.

Esse duplo esquecimento, tanto da personagem quanto de sua própria história, levou Corrêa a refletir sobre o nome e o renome no trabalho intelectual. O nome é considerado um importante bem na definição das estruturas de consagração acadêmica e um indicativo do lugar da autoria na produção do conhecimento. Por outro lado, o renome possui uma dupla característica: de um lado, refere-se a um nome prestigiado ou conhecido; do outro, ao ato de adquirir um novo nome, como ocorre com as esposas ao adotar o sobrenome do marido. Dessa forma, essas mulheres, que atuaram na pesquisa de seus companheiros, geralmente são pouco conhecidas de forma individual. “Ao serem assim renomeadas [...] tornam-se, então, *esposas* em primeiro lugar – e assim também consideradas” (Corrêa, 2003a, p. 22, grifo da autora). Essa situação não se restringe ao cenário brasileiro.

16 Cf. Dreyfus (1988).

Outro aspecto a ser considerado é como o renome, por meio do mecanismo da “notoriedade retrospectiva” (Corrêa, 2003a), acaba por destacar certas figuras enquanto apaga outras. O renome adquirido por uma pessoa em determinado momento de sua vida impacta a percepção de sua trajetória como um todo, não se limitando apenas ao momento em que essa notoriedade ocorre. Assim, outras figuras do entorno e do mesmo período também eram afetadas por essa dinâmica.

A segunda figura fundamental para o projeto de Corrêa foi Helen Pierson, com quem passou a ter um contato mais próximo ao iniciar sua interlocução com Donald Pierson, quando o casal morava nos EUA. Helen Pierson se formou em economia doméstica e trabalhou ao lado de seu marido durante toda a sua trajetória profissional e teve uma atuação fundamental, mesmo que não reconhecida, de um capítulo importante da institucionalização das ciências sociais no Brasil na primeira década do século passado. Uma de suas atividades consistia em datilografar cartas, ou atuar como secretária do marido. Assim, durante o longo período de interlocução entre Mariza Corrêa e Donald Pierson para o PHAB a comunicação era predominantemente assinada por esses dois, mas datilografada por Helen Pierson, conforme se observa nas correspondências presentes em ambos os acervos no AEL. Isso pode ser identificado pela documentação, marcada ao final com a sigla “dp:h” (ou seja, Donald Pierson:Helen), além do conteúdo das cartas. Em raras ocasiões, geralmente quando Donald estava doente, Helen assinava a correspondência como a única e explícita autora.

No entanto, a contribuição de Helen Pierson ao trabalho de seu marido ia muito além de um papel de secretariado. Ela atuou junto a Donald Pierson durante toda sua carreira, o que foi pouco reconhecido pela história oficial, já que as referências a ela apareciam apenas nos agradecimentos no prefácio de obras de seu marido, como *O homem no Vale do São Francisco* (1972), *Cruz das Almas* (1966) e *Brancos e pretos na Bahia* (1945). Esses agradecimentos eram sempre breves, muitas vezes

limitados a algumas linhas e, em várias ocasiões, mencionam apenas as iniciais de seu nome HBP (Helen Batchelor Pierson). Com o tempo, com a interlocução entre o casal e a antropóloga brasileira, assim como com o recebimento da entrevista produzida por Donald Pierson ao PHAB (Corrêa, 1987a, 2013b), essa colaboração se tornou cada vez mais evidente à antropóloga brasileira. Por isso, Corrêa solicitou a Helen Pierson que escrevesse um depoimento sobre o período em que esteve no Brasil – um pedido que foi repetido várias vezes e atendido apenas em 1989, no final do período da colaboração entre as duas.

Corrêa desejava que Helen Pierson pudesse relatar suas memórias com suas próprias palavras. Nesse depoimento, ela descreveu as atividades que realizou e recuperou trechos dos diários que escreveu durante uma pesquisa de campo na vila de Cruz das Almas (uma comunidade no estado de São Paulo)¹⁷ – material que, apesar dos pedidos de Corrêa, nunca foi doado ao projeto. É importante ressaltar que na entrevista concedida ao PHAB Donald Pierson mencionou, em determinadas passagens, muitas das atividades que Helen Pierson também relatou em seu texto. Como ele mesmo afirma: “Além de minhas próprias memórias, existem as da minha senhora, Helen Batchelor Pierson, companheira e estimuladora dos nossos trabalhos no Brasil e alhures, inclusive mesmo de umas pesquisas, e esposa e secretária em casa nos últimos cinquenta e cinco anos” (Pierson, 2013, p. 206). Entretanto, para Corrêa, e para a própria história da antropologia que ela vinha delineando, era importante ouvir ou buscar registros das vozes dessas mulheres, para que elas próprias fossem reconhecidas como protagonistas do trabalho que realizaram. Além disso, se, como afirmei anteriormente, Donald Pierson era uma figura central para compreender o desenvolvimento das ciências sociais no país, entender a atuação de Helen Pierson era também fundamental

17 Embora o nome seja fictício, na entrevista enviada ao PHAB, Pierson afirmou que se referia à cidade de Araçariçuama.

para não apenas conhecer mais sobre o período, mas também complexificar a história que vinha sendo delineada.

Helen Pierson inicia seu texto se intitulando uma “Girl Friday”, termo que, segundo sua própria definição, significava uma “facilitadora” ou “suplementadora”,¹⁸ nesse caso, do trabalho de seu marido.¹⁹ Essa ideia parecia ser central para compreender as atividades que ela realizou no Brasil, seu entendimento pessoal sobre isso e o que podemos extrair de um contexto e de um trabalho que foi além de um simples apoio logístico. É a partir dessa apresentação que Helen relata as atividades que exerceu: dar aulas de inglês para docentes e estudantes da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, fazer traduções, comprar material, promover eventos profissionais, datilografar cartas e documentos, preparar alunos e alunas para intercâmbios internacionais e atividades de campo, realizar levantamento bibliográfico, acompanhar alunas em pesquisas de campo e, por fim, tirar a carta de motorista e dirigir o jipe da Smithsonian durante as viagens de campo. É importante ressaltar que, embora Helen tenha indicado sua participação nas idas a campo apenas como acompanhamento e direção do carro, seus próprios registros do diário de campo mostram que ela era parte integrante da pesquisa em Cruz das Almas, atuando como pesquisadora junto às mulheres da população local. No livro resultante dessa investigação, *Cruz das Almas* (1966), ela figura na lista de colaboradoras e colaboradores.

Essa carta nos permite conhecer melhor o trabalho de Helen Pierson, especialmente no Brasil, e instigou ainda mais Corrêa a se aprofundar em sua trajetória e contribuições. No entanto, é uma das últimas

18 Além da explicação de Helen Pierson, Corrêa (2023c, p. 2) buscou mais informações sobre o significado da expressão e afirmou que “é irônico e talvez significativo que a expressão Girl-Friday tenha sido cunhada (como nos informa o American Heritage Dictionary) por analogia com o termo Man-Friday, ‘o devotado criado nativo’ de Robinson Crusoe”.

19 Cf. Pierson (1989).

correspondências preservadas pela antropóloga brasileira. Helen faleceu alguns anos depois, em 1994, e Donald Pierson veio a falecer pouco depois, em 1995. Corrêa nunca chegou a conhecê-los pessoalmente. Sobre isso, Tambascia e Rossi (2018) afirmam que a saúde debilitada de Helen a impediu de continuar a escrita de sua vivência no Brasil, o que tornou impossível para Corrêa realizar seu desejo de publicar um depoimento assinado por ela.

Entretanto, em 1992, Corrêa proferiu uma conferência na qual mencionava essa carta e essa interlocução. O evento ocorreu na Holanda, intitulado “Alice in Wonderland – first international conference on girls and girlhood: Transitions and dilemmas”, onde apresentou o trabalho chamado “Girl-Friday”, que fazia referência à primeira questão levantada por Helen Pierson em seu relato.²⁰ Na conferência, Corrêa refletiu sobre essa correspondência, incluindo trechos do diário de campo, à luz da representação da mulher como uma menina, que apenas mudava de status com o casamento ou a maturidade. Além disso, foi ali que a antropóloga brasileira discutiu a importância da trajetória e do contato com Helen para pensar sobre as outras mulheres que viveram e/ou pesquisaram no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

Com poucas exceções, a pesquisa antropológica era feita por homens: os nomes femininos que sobreviveram em documentos da época eram de esposas, irmãs ou filhas de pesquisadores que eram ou se tornaram conhecidos desde então. O que a carta de Helen ajuda a explicitar é que, para começar a carreira de pesquisadora, era preciso ser (ou ser vista como) uma menina – quando não se era ainda uma esposa. Tornar-se uma esposa, entretanto, não garantia

20 O documento original está disponível no acervo de Mariza Corrêa; ele foi publicado também na revista *Cadernos Pagu* em português (Corrêa, 2023c) e em inglês.

a continuidade nessa carreira. Os depoimentos de antropólogos da época estão cheios de nomes de mulheres que começaram suas carreiras quando meninas e que, uma vez casadas, as deram por terminadas (Corrêa, 2023c, p. 4).

Corrêa continuou a analisar a autodefinição de Helen Pierson como uma ajudante, o que a levou a refletir sobre outras mulheres que realizaram pesquisas no Brasil em contextos semelhantes. Embora tenha mencionado brevemente a importância dessas figuras para seu percurso, é na análise da documentação que esse histórico se torna mais evidente.

Como já mencionado, foi durante as pesquisas realizadas no âmbito do PHAB que Corrêa não apenas percebeu a ausência de antropólogos no período da história da disciplina em questão, mas também enfrentou a dificuldade de encontrar informações sobre essas mulheres. É nesse encontro, e no desencontro, que surge um novo estudo, unindo dois interesses de pesquisa que a antropóloga havia desenvolvido ao longo de sua carreira: as relações de gênero e a história da antropologia no Brasil. Vale ressaltar que não há um consenso sobre o título oficial do novo projeto, embora as nomenclaturas sejam bastante semelhantes.²¹ Dessa forma, optei por utilizar o nome do livro resultado dessa iniciativa: *Antropólogas & antropologia* (Corrêa, 2003a). Além disso, é importante observar que, na década de 1970, o antropólogo sul-africano Adam Kuper (1941-) publicou *Anthropology and anthropologists: the modern British School* (1973), obra que foi traduzida para o português alguns anos depois como *Antropólogos e antropologia* (1978). O livro de Mariza Corrêa faz uma clara alusão à obra de Kuper e à sua tradução em português – uma referência que a antropóloga brasileira mencionou em diversas ocasiões.

21 Em diferentes publicações, as designações aparecem com algumas variações: “Antropólogas e Antropologia”, “Antropólogas e Antropologia no Brasil” e “Antropólogas & Antropologia”.

Essa proximidade e diferença dos nomes integra a discussão proposta no projeto brasileiro, que buscava, ao mesmo tempo, problematizar o apagamento das trajetórias de mulheres praticantes de antropologia e recuperar algumas dessas histórias.

Assim, o projeto “Antropólogas & Antropologia” teve início em 1989, quando Corrêa começou a produzir ensaios sobre outras trajetórias de intelectuais. Essa iniciativa contou com financiamento do CNPq e da Unicamp. Se, por um lado, as “esposas” impulsionaram o desenvolvimento do projeto, foram as “mulher[es] em busca do renome” que se tornaram o foco principal da análise de Corrêa (2003a, p. 24). Sobre as figuras centrais do projeto, Luís Felipe Sobral (2018, p. 4) observa que

pode-se dizer que elas são excepcionais: primeiro, porque os traços de sua presença não se apagaram suficientemente para impedir tal reconstrução, como ocorreu com tantas outras; segundo, porque, sendo solteiras e dedicando-se às respectivas carreiras, elas furtaram-se ao estatuto frequente de auxiliar de pesquisa, ou simplesmente esposa, do marido antropólogo.

Nesse sentido, a antropóloga investigou a questão no Brasil a partir do final do século XIX. Ela analisou a recepção dos trabalhos de três figuras: a ornitóloga alemã Emilia Snethlage (1868-1929), a antropóloga Heloísa Alberto Torres e a professora Leolinda Daltro. Corrêa explorou como essas mulheres eram percebidas por seus pares e pelo contexto social da época, e como esses fatores influenciaram suas práticas profissionais. Além disso, investigou como as definições de feminino e masculino eram mobilizadas e explicitadas por meio dessas trajetórias, se redefinindo em seus trabalhos. Assim, buscou entender as relações de gênero na disciplina no início de seu desenvolvimento no país, fundamentais para compreender os obstáculos enfrentados por essas mulheres, assim como as definições sociais e culturais do masculino e do feminino na época. Para isso,

Corrêa ([1989], 2003a) analisou três obras literárias que colocavam essas figuras como personagens centrais, algo que havia ocorrido anteriormente apenas com um antropólogo: Curt Nimuendajú (1883-1945), na obra *O instinto supremo* (1968) de José Maria Ferreira de Castro (1898-1974).

Essas três histórias têm em comum a relação com grupos indígenas e a pesquisa de campo. Snethlage chegou ao Brasil em 1905, realizou diversas expedições na Amazônia e, embora sua especialidade fosse a ornitologia, também fez observações sobre grupos indígenas da região. Ela foi diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e naturalista do Museu Nacional. A ornitóloga é mencionada no romance *Os igaraúnas* (1938), de Raimundo de Moraes (1872-1941). Torres, por sua vez, realizou pesquisas sobre a cerâmica marajoara, foi professora e diretora do Museu Nacional, desempenhou um papel crucial na formação de pesquisadores e pesquisadoras e no intercâmbio com antropólogos e antropólogas estrangeiras e também participou e presidiu a Comissão Nacional de Proteção ao Índio. Ela é retratada no livro *No pacoval de Carimbé* (1933), do antropólogo físico José Bastos de Ávila (1888-?), que também trabalhou no Museu Nacional. Daltro, uma feminista, professora e ativista, lutou por direitos e educação indígena, cruzou o sertão brasileiro por anos para alfabetizar indígenas e propôs a criação de uma associação civil para protegê-los. Ela é protagonista de *Numa e a ninfa* (1915), de Lima Barreto (1881-1922), e também aparece em crônicas que satirizavam seu trabalho.

Essas histórias mostram mulheres que realizavam atividades inesperadas para seu gênero na época: “Uma por andar em passeatas com índios na capital federal, outra por aventurar-se sozinha nas selvas amazônicas e a terceira por enfrentar, ainda que acompanhada, os riscos de uma Indiana Jones de saias” (Corrêa, 2003a, p. 67). É importante lembrar que, durante o período abordado nas três obras, a pesquisa antropológica era associada à aventura, e seus profissionais eram vistos como “aventureiros”. No entanto, a forma feminina do termo gerava um duplo sentido, sendo um deles pejorativo, especialmente no início do século XX. Além

disso, essa conotação feminina trazia à tona uma dificuldade de classificação das normas sociais de gênero.²²

Apesar das diferenças nas três obras em relação ao nível de crítica ou escraço das práticas de Snethlage, Torres e Daltro, esse olhar para essas figuras aponta para as mudanças que estavam em curso, ao mesmo tempo que revela as ambiguidades de gênero geradas por suas atuações, inserindo-as em um universo socialmente entendido como feminino. Assim, a importância de seus trabalhos era desqualificada, associando-as ao doméstico, ao fracasso e à moralidade. Gênero, matrimônio, relações familiares, invisibilidade de autoria, deslegitimação de seus trabalhos, esquecimento e lembranças marcam esse capítulo da obra da antropóloga brasileira, que une os dois principais temas de pesquisa que desenvolveu: a história da antropologia e as relações de gênero.

É importante ressaltar que esse trabalho não buscava iluminar trajetórias menos conhecidas em detrimento de outras já consolidadas e reconhecidas na história da antropologia. O objetivo era “redigir uma outra história da antropologia, mais complexa e interessante porque, ao contrário da versão depurada, é capaz de apreender os impasses e contradições constituintes do desenvolvimento da disciplina conforme ela se fazia” (Sobral, 2018, p. 5-6). Além disso, vale notar que as figuras escolhidas por Corrêa, com exceção de Heloísa Alberto Torres, não são até hoje identificadas de antemão como antropólogas. Snethlage é reconhecida

22 É em meio a essa ideia que Corrêa apontou em um dos relatórios enviados ao CNPq que isso talvez pudesse indicar que “a plena profissionalização das mulheres só foi aceita quando a própria disciplina se institucionalizou, criando espaços de **docência**, além dos espaços de pesquisa que continuaram a existir. Nessa criação, o trabalho de dona Heloísa parece ter sido fundamental. Mas, ironicamente, o lado aventureiro da profissão – em boa parte desenvolvido por mulheres no momento prévio a essa institucionalização, ficou, pelo menos no imaginário da disciplina, reservado aos homens” (Corrêa, [1993], p. 5, negrito no original).

como ornitóloga e Daltro, como professora e ativista.²³ Essa é uma característica importante do trabalho de Corrêa: a expansão de seu olhar e análise para figuras que atuaram com preocupações próximas à disciplina em seu período de desenvolvimento no país.²⁴ O período vivido por essas mulheres era ainda marcado por uma baixa oferta de formação na área, já que é preciso lembrar que o início da expansão da formação antropológica no Brasil data da década de 1960, e antes disso, era necessário, de maneira geral, recorrer a áreas correlatas ou a universidades no exterior para as vagas acadêmicas no campo da antropologia. A dificuldade existia para além das questões de gênero, mas era intensificada por esta em um período em que havia poucas mulheres nos espaços acadêmicos. Dessa forma, não é possível pensar em uma produção antropológica que leve em conta apenas a formação acadêmica dos indivíduos em questão, mas sim seus interesses de pesquisa e de atuação, aliados às suas contribuições à disciplina realizada no país.

Retomando a questão dos livros de literatura, curiosamente, anos depois do projeto o trabalho de Mariza Corrêa se tornou inspiração para um romance, *Nove noites* (2002) do escritor e jornalista Bernardo Carvalho (1960-). O autor havia lido uma resenha da antropóloga (Corrêa, 2001b) sobre o livro *Cartas do sertão: de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira* (2000), na qual Corrêa relatava dois casos de mortes de antropólogos em campo, de Nimuendajú e de Buell Quain (1912-1939), antropólogo estadunidense. Carvalho se interessou pela história e Corrêa

23 Vale ressaltar que, embora Torres seja frequentemente reconhecida como antropóloga, suas pesquisas são menos lembradas do que seu papel como diretora do Museu Nacional e seu protagonismo na articulação de redes internacionais.

24 Esse trabalho não ficou centrado apenas no Brasil. É possível também perceber esse movimento quando Corrêa esboçou uma análise sobre o caso português (Corrêa, 2004). Uma investigação mais detida nessa questão foi desenvolvida em meu estágio de pesquisa no exterior (FAPESP, processo nº 24/04440-0).

compartilhou com ele o material que tinha sobre o assunto. *Noves noites* é um livro de ficção baseado no suicídio de Quain durante trabalho de campo realizado no Brasil.

Parte desse material foi também utilizado por Corrêa em uma iniciativa que realizou paralelamente ao “Antropólogas & Antropologia”. Durante sua execução ela também coordenou um projeto integrado de pesquisa do CNPq, que articulou sua própria pesquisa a projetos de iniciação científica de alunas da graduação em ciências sociais da universidade.²⁵ Entre esses, destaco o trabalho desenvolvido com as cartas de Heloísa Alberto Torres, iniciado por Corrêa através de um levantamento preliminar, mas que foi sistematicamente aprofundado por Ingrid Weber (1974-) e Januária Mello (1977-) (à época, alunas de graduação em ciências sociais) na Casa de Cultura Heloísa Alberto Torres. Os resultados desse trabalho documental estão presentes em *Antropólogas & antropologia* (Corrêa, 2002a), além de uma segunda publicação resultante da pesquisa. O livro *Querida Heloisa / Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres* (Corrêa; Mello, 2008) apresenta a transcrição de cartas selecionadas de Torres com Buell Quain, Charles Wagley e Eduardo Galvão, em um período de efervescência de projetos de colaboração com universidades estadunidenses, destacando a importância da figura de Torres nas pesquisas etnológicas em desenvolvimento na instituição e no país. O objetivo da publicação não era apresentar a trajetória de Torres, mas compreender a importância dessas cartas e do “trabalho cotidiano” que delas emerge (Corrêa; Mello, 2008).

A última pesquisa desenvolvida por Corrêa teve como tema a mutilação genital masculina e feminina. Essa investigação foi iniciada com uma bolsa de produtividade do CNPq sob o título “Fantasias Corporais”,

25 Através dos subprojetos: “Experiências Femininas no Campo da Política”; “Experiências Femininas no Campo da Educação”; “Experiências Femininas na Produção Artística, Literária e Científica”; Experiências Culturais das Mulheres de Elite”; e “Experiências Afetivas e Sexualidade”.

mas, em 2004, ganhou nova dimensão através de um projeto temático sediado no Pagu, financiado pela FAPESP, intitulado “Gênero, Corporalidades”. A iniciativa contou com a participação de sete pesquisadoras e pesquisadores,²⁶ além de mais de dez estudantes de pós-graduação. O projeto explorava as convenções corporais, analisando como as sociedades definem o que é desejado para o corpo em três eixos: 1) práticas corporais, sexualidade e erotismo; 2) plasticidade corporal, sexo e gênero; 3) corpo, nome e marcas de distinção.

Na sua pesquisa individual, inserida no segundo eixo, Corrêa buscou compreender as convenções da antropologia relacionadas às mutilações, especialmente em relação aos sujeitos intersexo e às imposições de determinação sexual ao nascimento. Um dos objetivos dessa investigação era deslocar a ideia de que essas mutilações ocorrem apenas em países subdesenvolvidos ou de religião islâmica, destacando que “nos EUA temos uma indústria de mutilação corporal” (Corrêa, 2006a). Essa indústria se refere tanto ao pioneirismo nas cirurgias de designação sexual quanto, principalmente, aos protocolos de circuncisão masculina em bebês, independentemente de questões religiosas. Em entrevista concedida em 2003, Corrêa (2003b, p. 116) afirmou que nos EUA “80% dos homens são circuncidados e 80% não são judeus”.²⁷

Ainda sobre o tema, em uma das poucas publicações resultantes dessa investigação, Corrêa (2010) se debruçou sobre casos ocorridos no final da década de 1950 e que a autora define como “enredos de engano”. Aqui retomarei o caso do psicólogo e sexólogo neozelandês John Money (1921-2006) e do paciente canadense Bruce Reimer (1965-2004). Money, como aponta a antropóloga, “tomou ao pé da letra, e levou às últimas consequências,

26 Adriana Piscitelli, Guita Grin Debert, Heloisa Pontes, Júlio Assis Simões (1957-), Margaret Lopes (1954-) e Maria Filomena Gregori.

27 Além disso, a Colômbia foi o único país do mundo que, à época, proibia a cirurgia de designação em bebês e crianças intersexo.

a idéia de Simone de Beauvoir de que ‘não se nasce mulher’, invertendo o sinal sexual, e estampando no corpo de meninos a noção de que ‘não se nasce homem’” (Corrêa, 2010, p. 93). Após a perda do pênis de Reimer aos 22 meses devido a um problema na operação de circuncisão, a família descobriu o trabalho de John Money, que iniciou uma série de protocolos que incluíram a remoção dos testículos, tratamento hormonal, a mudança de gênero e nome, passando a se chamar Brenda. Esse ocorrido só foi descoberto por Reiner na adolescência, quando ele passou a não se identificar com o que era esperado socialmente de seu novo gênero e a apresentar dificuldades de sociabilidade; após isso, voltou a se identificar como um menino, realizou novas intervenções cirúrgicas e passou a usar o nome de David. Esse caso tem ainda alguns desdobramentos e acusações que não serão explorados aqui,²⁸ mas vale dizer que Reiner cometeu suicídio aos 38 anos e que Corrêa dedicou esse texto a ele, “cuja história foi o estímulo inicial para uma pesquisa que estou realizando” (Corrêa, 2010, p. 93).

Corrêa chamava a atenção para o fato de que, até aquele momento, o debate estava focado na discussão sobre se nascemos ou nos tornamos homens ou mulheres, e incluía uma série de críticas ao movimento feminista por ter abraçado a proposta de Money. Entretanto, o que foi ignorado no debate foi que Reiner já havia definido seu gênero quando tudo começou. E, ao contrário do que se dava a entender, o que essas práticas faziam era o oposto: tentavam impor uma suposta sincronicidade entre as convenções de gênero e o aparato biológico. Ou seja, esses profissionais

estavam convencidos, ou se convenceram, da necessidade de um substrato biológico, sexual, para a famosa “identidade de gênero”, isto é, que a coincidência entre sexo e gênero era fundamental para

28 O caso ficou mundialmente conhecido como John/Joan, nome atribuído por Money nas divulgações científicas que realizou sobre o tema e que apresentava como bem-sucedido, o que acabou por difundir o protocolo para casos de outros pacientes.

a identidade de ser humano. O que é importante ressaltar é o quanto suas, deles, médicos, experiências com corpos alheios, levaram a uma engenharia sexual aplicada em larga escala nos hospitais de todo o mundo desde aquela época até hoje. Desde então, e provavelmente em todas as grandes cidades do mundo (não sei se há dados sobre o tema em Lisboa²⁹), crianças que nascem portadoras do que agora se convencionou chamar de *sexo ambíguo* – e que classicamente eram chamadas de hermafroditas – são rotineiramente operadas, em sua grande maioria para se tornarem mulheres [...] A facilidade da operação é assim, clinicamente, posta em primeiro plano: meninos com “micropênis”, meninas com “clitoromegalia”, são reduzidos, ambos, a *meninas normais* – sem pênis e sem clitóris “aberrantes” (Corrêa, 2010, p. 96, grifo da autora).

Aqui vale ressaltar que a autora afirmava se referir a casos em que as cirurgias tinham um caráter apenas estético e eram realizadas em bebês ou crianças. O objetivo desses procedimentos não era uma “adequação a um parâmetro supostamente natural” e sim uma forma de “adequação a um padrão cultural esperado”, que significava uma mutilação desses corpos. Essas mutilações, realizadas em países ocidentais, eram passíveis de comparação às mutilações genitais realizadas em outras sociedades. Além disso, essas práticas não estavam limitadas às mulheres. Esse interesse reunia muitos dos tópicos que Corrêa explorou ao longo de sua carreira: direito, medicina, estudos de gênero e história da antropologia. Para deixar mais claro esse último aspecto, Corrêa não apenas buscava entender, como foi mencionado, as convenções da disciplina antropológica sobre esses fenômenos, mas também o seu silenciamento sobre a temática.

* * *

29 Esse texto foi desdobramento de um evento realizado em Portugal em 2004.

Para além de seu trabalho docente e de pesquisa, Corrêa foi assessora e participou de conselhos técnico-científicos da CAPES, CNPq e FAPESP (cf. Debert, 2018). Desde os primórdios da ANPOCS, criada em 1977, atuou como membro do comitê acadêmico da associação. Além disso, a antropóloga traduziu obras importantes das ciências sociais, como *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (1996) de Pierre Bourdieu (1930-2002), *O selvagem e o inocente* (1990) de David Maybury-Lewis (1929-2007), e *Cultura do povo: sociedade e cultura no início da França moderna* (1990) de Natalie Zemon Davis (1928-2023). Ela também produziu diversos artigos para uso em sala de aula, uma necessidade evidente no início de sua docência, na década de 1970, quando havia poucos textos traduzidos. Parte desses esforços foi publicada na série Textos Didáticos, lançada pela gráfica do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. É interessante notar que essa prática de tradução era comum no Conjunto de Antropologia da Unicamp, que também traduziu *Pureza e perigo* (1976) de Mary Douglas.

Além dos periódicos mencionados ao longo deste livro, Corrêa atuou em duas iniciativas acadêmicas: o *Boletim do Conjunto de Antropologia* e o *Boletín Antropologías del Sur*. A primeira circulou na Unicamp durante a década de 1980 e tinha como objetivos divulgar as pesquisas em andamento, dar informes e publicar textos assinados por docentes da instituição. Já a segunda, produzida em colaboração com Esteban Krotz (1947-), buscava servir como um mecanismo de contato para a formação de uma rede de profissionais da área que trabalhavam com história da antropologia ou teoria antropológica na América Latina. Essa iniciativa foi publicada em 1994 e em 1995, com dois números, e resultou de discussões iniciadas em simpósios de congressos internacionais sobre essa temática, reunindo antropólogas e antropólogos da região.

Corrêa aposentou-se da Unicamp em 2003 e continuou colaborando na universidade por alguns anos posteriores. Foi no final dessa primeira década no novo século e o começo da segunda década que a antropóloga interrompeu efetivamente suas atividades acadêmicas. Corrêa faleceu

em dezembro de 2016, deixando muitas marcas na antropologia produzida na universidade brasileira. Ao todo, foram mais de 60 orientações em pesquisas, sendo 37 na pós-graduação (segundo dados de seu Currículo Lattes),³⁰ além de mais de 30 anos de docência e participação de grupos de discussão.

30 O currículo foi atualizado pela última vez em 2010. Segundo Debert (2018), foram orientados mais de 50 pesquisadores e pesquisadoras nos níveis de mestrado e doutorado.

Notas biográficas

ADAM KUPER (1941-) é um antropólogo britânico, autor de *Anthropology and anthropologists: the modern British School* (1973); tornou-se uma referência nos debates sobre a tradição antropológica britânica e suas transformações ao longo do século XX.

ADRIANA PISCITELLI (1954-) é uma antropóloga e pesquisadora argentina, residente no Brasil, na área de gênero e sexualidade. Foi orientanda de Mariza Corrêa na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde mais tarde passaram a atuar juntas como docentes no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Ambas foram responsáveis pela criação do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, referência nos estudos feministas em antropologia no Brasil.

AFRÂNIO PEIXOTO (1876-1947) foi um médico, escritor e intelectual brasileiro. Atuou na consolidação da medicina legal no país e integrou a chamada Escola Nina Rodrigues, contribuindo para os debates sobre raça, criminologia e sociedade no início do século XX.

ALBA ZALUAR (1942-2019) foi uma antropóloga brasileira que atuou como professora na Unicamp e posteriormente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde consolidou sua produção sobre crime, favelas e políticas públicas.

ANÍSIO TEIXEIRA (1900-1971) foi um educador, jurista e intelectual brasileiro central na história da educação e das ciências sociais no Brasil. Teve papel fundamental na criação de instituições como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), contribuindo para a consolidação da pesquisa e da formação científica no país.

ANTONIO AUGUSTO ARANTES (1943-) é um antropólogo brasileiro e professor emérito da Unicamp, onde foi um dos responsáveis pela implantação e consolidação do ensino e da pesquisa em antropologia. Sua trajetória combina produção acadêmica e participação institucional nos campos da cultura, do patrimônio e da antropologia urbana.

ANTONIO CANDIDO (1918-2017) foi um crítico literário e sociólogo brasileiro, professor da Universidade de São Paulo (USP). Participou do Grupo Clima e criou o Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*; teve papel decisivo na institucionalização da crítica literária no Brasil, articulando literatura e análise social em uma obra de grande influência intelectual.

ARTHUR RAMOS (1903-1949) foi um médico e antropólogo brasileiro, e um dos principais representantes da Escola Nina Rodrigues. Atuou na consolidação dos estudos sobre relações raciais no Brasil e publicou obras importantes, como *Loucura e crime* (1937). Criticou a abordagem de Ruth Landes, cujos trabalhos sobre gênero e religiões afro-brasileiras contrastavam com as perspectivas dominantes na antropologia brasileira da época.

BERNARDO CARVALHO (1960-) é um escritor e jornalista brasileiro, autor de romances que exploram fronteiras entre ficção, história e etnografia. Em *Nove noites* (2002), inspirou-se em personagens e episódios da história da antropologia no Brasil, contando com a colaboração de Mariza Corrêa, que aparece como personagem na obra e contribuiu com informações para sua elaboração.

BERTA GLEIZER RIBEIRO (1924-1997) foi uma antropóloga romeno-brasileira que realizou importantes pesquisas sobre cultura material indígena, com destaque para seus estudos sobre cestaria e artesanato. Atuou em instituições como o Museu Nacional, o Museu do Índio e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Foi também colaboradora de Darcy Ribeiro, com quem publicou em co-autoria durante o período em que foram casados, contribuindo ainda para a organização de parte de seu acervo documental.

BUELL QUAIN (1912-1939) foi um antropólogo norte-americano que realizou pesquisas etnográficas no Brasil com povos como os Trumai e os Apinajé. Sua morte, em circunstâncias controversas durante trabalho de campo, gerou debates e narrativas posteriores, sendo abordada por Mariza Corrêa em *Querida Heloisa / Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres* (2008) e por Bernardo Carvalho no romance *Nove noites* (2002).

CARLOS RODRIGUES BRANDÃO (1940-2023) foi um antropólogo e educador brasileiro, professor da Unicamp, com atuação destacada nos campos da cultura e educação popular. Desenvolveu uma obra voltada à articulação entre pesquisa etnográfica, militância e práticas pedagógicas, sendo referência no diálogo entre antropologia e educação no Brasil.

CARMEN BARROSO (1944-) é uma cientista social e feminista brasileira, com atuação destacada nos campos da saúde reprodutiva e dos direitos das mulheres. Esteve vinculada à Fundação Carlos Chagas, onde coordenou iniciativas voltadas à produção e difusão do conhecimento sobre questões de gênero. Foi uma das responsáveis pelo jornal *Mulherio*.

CECILIA ROXO WAGLEY (?-1994) foi uma bibliotecária brasileira, formada pela Universidade de Columbia (EUA), onde conheceu o antropólogo Charles Wagley, com quem se casou. Atuou em instituições como a Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e colaborou em pesquisas de campo na Amazônia. Sua inserção em círculos intelectuais brasileiros contribuiu para fortalecer os vínculos de seu marido com figuras intelectuais brasileiras auxiliando no desenvolvimento de seu trabalho no país.

CHARLES WAGLEY (1913-1991) foi um antropólogo norte-americano e figura relevante para a história das ciências sociais no Brasil. Realizou pesquisas de campo na Amazônia e na Bahia, colaborando com o Museu Nacional e contribuindo para o fortalecimento do diálogo entre as tradições antropológicas brasileira e norte-americana. Sua correspondência com Heloísa Alberto Torres é analisada por Mariza Corrêa em *Querida Heloísa / Dear Heloísa: cartas de campo para Heloísa Alberto Torres* (2008).

CLARA [MARIA] GALVÃO (1922-1989) foi uma bibliotecária brasileira com atuação destacada na organização e desenvolvimento de acervos científicos no Brasil. Trabalhou no Museu Nacional e no Museu Paraense Emílio Goeldi. Foi casada com o antropólogo Eduardo Galvão.

CLAUDE LÉVI-STRAUSS (1908-2009) foi um antropólogo francês, reconhecido como um dos fundadores do estruturalismo nas ciências sociais. Atuou como professor na USP entre 1935 e 1938, no contexto da Missão Francesa, período em que realizou pesquisas etnográficas com povos indígenas no Brasil. Além disso, foi também professor no Collège de France.

CHRISTIANO KEY TAMBASCIA (1976-) é um antropólogo brasileiro, professor da Unicamp, com pesquisas na área de história da antropologia, história social e museus, foi diretor acadêmico do Arquivo Edgard Leuenroth.

CURT NIMUENDAJÚ (1883-1945) foi um etnólogo nascido na Alemanha e naturalizado brasileiro, conhecido por seu extenso trabalho de campo com diversos povos indígenas no Brasil. Atuou como colaborador do Museu Nacional e do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), produzindo registros etnográficos fundamentais para a antropologia brasileira. Seu nome indígena, "Nimuendajú", foi-lhe concedido pelos Guarani.

DARCY RIBEIRO (1922-1997) foi um antropólogo, escritor e político brasileiro, com atuação marcante na defesa dos povos indígenas e na formulação de políticas educacionais. Atuou como etnólogo no SPI, além de ter exercido cargos ministeriais. Sua obra combina reflexão antropológica com engajamento político e cultural no projeto de nação brasileira.

DINA DREYFUS (1911-1999) foi uma filósofa e etnóloga francesa que integrou a Missão Francesa. Atuou como professora e realizou pesquisas de campo no Brasil junto a Claude Lévi-Strauss, com quem foi casada. Após retornar à França, seguiu carreira como professora de filosofia e tradutora.

DONALD PIERSON (1900-1995) foi um sociólogo e antropólogo norte-americano que atuou na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Formou uma geração de cientistas sociais no Brasil e é autor de *Branços e pretos na Bahia* (1945), estudo pioneiro sobre relações raciais. Foi um dos principais colaboradores do Projeto História da Antropologia no Brasil.

EDITH TURNER (1921-2016) foi uma antropóloga britânica conhecida por suas contribuições à antropologia simbólica e das emoções, com ênfase em rituais, espiritualidade e cura. Trabalhou em colaboração com seu marido Victor Turner e, após a morte dele, desenvolveu uma trajetória própria, centrada na experiência subjetiva e no engajamento etnográfico.

EDUARDO GALVÃO (1921-1976) foi um antropólogo brasileiro e o primeiro a obter, no Brasil, o título de mestre em antropologia. Atuou no Museu Nacional e no Museu Paraense Emílio Goeldi. Destacou-se por seus estudos sobre os Tapirapé e sobre cultura e mudança entre povos indígenas. Sua correspondência com Heloísa Alberto Torres é analisada por Mariza Corrêa em *Querida Heloisa / Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres* (2008).

EDWARD EVANS-PRITCHARD (1902-1973) foi um antropólogo britânico. É conhecido por seus estudos clássicos sobre os povos azande e nuer, com os quais desenvolveu importantes reflexões sobre religião, política e parentesco.

EGON SCHADEN (1913-1991) foi um antropólogo brasileiro de origem alemã, reconhecido por sua atuação na Universidade de São Paulo, onde foi editor-fundador da *Revista de Antropologia* e se tornou professor catedrático de antropologia. Realizou etnografias com grupos indígenas, especialmente os Kaingang.

ELISABETH SOUZA LOBO (1943-1991) foi uma socióloga e ativista feminista brasileira, reconhecida por seus estudos pioneiros sobre a divisão sexual do trabalho e gênero. Foi docente da USP e atuou também como professora visitante no Departamento de História da Unicamp entre 1989 e 1991.

EMILIA SNETHLAGE (1868-1929) foi uma naturalista e ornitóloga alemã que desenvolveu importante trabalho científico no Brasil, especialmente na região amazônica. Atuou como diretora do Museu Paraense Emílio Goeldi, sendo uma das primeiras mulheres a ocupar posição de destaque na ciência brasileira. Realizou extensas expedições de campo e deixou contribuições relevantes para a zoologia e a etnografia.

ESTEBAN KROTZ (1947-) é um antropólogo argentino naturalizado mexicano, conhecido por suas contribuições à reflexão sobre a história e a epistemologia da antropologia na América Latina.

EUNICE DURHAM (1932-2022) foi uma antropóloga brasileira, professora da USP, com importantes contribuições à antropologia urbana e às políticas públicas de educação superior. Foi fundadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), presidiu a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e dirigiu a CAPES.

GILBERTO FREYRE (1900-1987) foi sociólogo e escritor brasileiro, autor de *Casa-grande & senzala* (1933). Destacou-se por abordar a mestiçagem como traço formador da identidade nacional, articulando temas como patriarcalismo, escravidão e vida privada. Sua obra teve ampla repercussão, mas também foi alvo de críticas.

GILBERTO VELHO (1945-2012) foi um antropólogo brasileiro, professor do Museu Nacional, com pesquisas na área de antropologia urbana, antropologia das sociedades complexas e teoria antropológica, foi presidente da ABA.

GIOCONDA MUSSOLINI (1913-1969) foi uma das primeiras intelectuais brasileiras identificadas como antropóloga. Atou como docente na Universidade de São Paulo desde 1938 até a sua morte, tendo orientado alunas e alunos nas primeiras gerações da disciplina no país.

GUITA GRIN DEBERT (1948-) é uma antropóloga brasileira e professora emérita da Unicamp, pioneira nos estudos sobre envelhecimento, gênero e velhice no Brasil. Foi vice-presidente da ABA no início dos anos 2000.

GUSTAVO LINS RIBEIRO (1953-) é um antropólogo brasileiro, professor na Universidade de Brasília (UnB) e da Universidad Autónoma Metropolitana (México), atuando nos temas de antropologias mundiais, campo intelectual, desenvolvimento, migração internacional e globalização. Foi presidente da ABA.

HEINZ FORTHMANN (1915-1978) foi um fotógrafo e cineasta alemão que trabalhou no Serviço de Proteção aos Índios; atuou em alguns trabalhos de campo junto a Darcy Ribeiro, dentre eles se destaca o documentário *Os índios Urubu: um dia na vida de uma tribo da floresta tropical* (1949).

HELEN PIERSON (1906-1994), norte-americana, foi secretária e assistente do antropólogo Donald Pierson durante suas pesquisas no Brasil nos anos 1940, com quem foi casada. Embora não tivesse cargo docente formal, acompanhou de perto e participou de estudos em comunidades brasileiras.

HELOÍSA ALBERTO TORRES (1895-1977) foi antropóloga e museóloga, sendo a primeira mulher a dirigir o Museu Nacional. Pioneira em estudos sobre cerâmica marajoara, organizou expedições e formou gerações de pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Como integrante do Conselho Nacional de Proteção ao Índio, influenciou políticas indigenistas e museológicas no país. Sua correspondência foi analisada por Mariza Corrêa em *Querida Heloisa / Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres* (2008).

HELOISA PONTES (1959-) é uma antropóloga brasileira e professora titular da Unicamp. Foi a primeira orientanda de Corrêa. Foi vice-presidente da ABA (2007-2008) e dirigiu o Pagu.

HERBERT BALDUS (1899-1970) foi etnólogo de origem alemã naturalizado brasileiro, importante figura na institucionalização da etnologia no país. Lecionou na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, liderou a Seção de Etnologia do Museu Paulista, onde foi também diretor. Realizou pesquisas etnográficas com diversos povos indígenas (como Kaingang, Terena e Karajá).

JEANNE MARIE GAGNEBIN (1949-) é uma filósofa suíça, residente no Brasil, e professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e da Unicamp, conhecida por seus trabalhos sobre memória, narrativa e filosofia contemporânea, com forte interlocução com a obra de Walter Benjamin.

JEHAN VELLARD (1901-1996) foi um médico e etnólogo francês que atuou na América do Sul, com pesquisas sobre o curare entre os Nambikwara e que participou da expedição à Serra do Norte junto a Claude Lévi-Strauss.

JOAN SCOTT (1941-) é uma historiadora norte-americana e referência nos estudos de gênero e teoria crítica. Professora emérita do Institute for Advanced Study (Princeton, EUA), sua obra influenciou profundamente a historiografia contemporânea ao articular gênero, linguagem e poder como categorias centrais de análise.

JOÃO BAPTISTA BORGES PEREIRA (1930-2026) foi um antropólogo brasileiro e professor emérito da USP e sucessor de Egon Schaden na cadeira da disciplina. Desenvolveu pesquisas sobre imigração, relações raciais e educação, com destaque para os estudos sobre italianos no interior paulista e a presença negra nos meios de comunicação.

JOÃO BAPTISTA DE LACERDA (1846-1915) foi um médico e cientista brasileiro, diretor do Museu Nacional (1895-1915), pioneiro da fisiologia experimental e da antropologia física no Brasil.

JOSÉ BASTOS DE ÁVILA (1888-?) foi um médico e antropólogo físico brasileiro que desenvolveu sua carreira nas décadas de 1920 e 1930 no Museu Nacional e no Instituto de Pesquisas Educacionais do Rio de Janeiro. Participou de expedições científicas, defendeu uma antropologia física crítica ao determinismo racial e publicou o romance *No pacoval do Carimbé*, premiado em 1932.

JOSÉ MARIA FERREIRA DE CASTRO (1898-1974) foi um escritor e jornalista português, autor de romances marcados por experiências na Amazônia, como *O instinto supremo* (1968), no qual menciona Curt Nimuendajú. Considerado precursor do neorrealismo em Portugal, também se destacou como crítico do Estado Novo e foi indicado ao Prêmio Nobel de Literatura.

JÚLIO ASSIS SIMÕES (1957-) é um antropólogo brasileiro, professor da USP, com pós-graduação realizada na Unicamp – com pesquisas na área de gênero, sexualidade, envelhecimento, política e movimentos sociais.

JULIO CEZAR MELATTI (1938-) é um antropólogo brasileiro e professor emérito da UnB, referência em etnologia indígena. Realizou pesquisas de campo entre os Gavião, Krahô, Marubo, e liderou estudos comparativos no Alto Xingu.

LEOLINDA DALTRO (1859-1935) foi uma professora, indigenista e sufragista brasileira, fundadora do Partido Republicano Feminino em 1910. Defensora do voto feminino e da educação laica para indígenas, percorreu o interior do Brasil promovendo ações de alfabetização. Tornou-se uma das figuras mais atuantes na luta pelos direitos das mulheres na Primeira República.

LIMA BARRETO (1881-1922) foi escritor e jornalista brasileiro, autor de romances como *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915) e *Numa e a ninfa* (1915). Sua obra denuncia o racismo, o elitismo e as contradições da Primeira República, com linguagem acessível e olhar crítico.

LUÍS FELIPE SOBRAL (1980-) é um antropólogo brasileiro com pesquisas na área de história da antropologia e coordenador do projeto “Historiografia da Antropologia” desenvolvido na Unicamp.

LUIZ DE CASTRO FARIA (1913-2004) foi um antropólogo brasileiro, diretor do Museu Nacional e um dos fundadores da ABA. Participou da Expedição à Serra do Norte com Claude Lévi-Strauss em 1938. Atuou na preservação do patrimônio arqueológico e deixou importante acervo documental.

LUIZ HENRIQUE PASSADOR (1963-) é um antropólogo brasileiro, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com pesquisas nas áreas de antropologia da saúde, gênero, África contemporânea e história da antropologia no Brasil. Foi orientando de Mariza Corrêa na Unicamp, com quem desenvolveu estudos sobre Herbert Baldus e práticas culturais em Moçambique.

MANUEL NUNES PEREIRA (1893-1985) foi um veterinário e antropólogo brasileiro, pioneiro na pesquisa sobre culturas indígenas do Amazonas; autor de *Moronguetá: um Decameron indígena* (1967), que reúne lendas amazônicas e cartas de figuras como Lévi-Strauss e Nimuendajú.

MANUELA CARNEIRO DA CUNHA (1943-) é uma antropóloga luso-brasileira, especializada em etnologia amazônica, história, legislação e direitos dos povos indígenas. Lecionou na Unicamp, USP e na Universidade de Chicago (EUA). Foi presidente da ABA no final da década de 1980.

MARCOS FAERMAN (1943-1999) foi um jornalista brasileiro e figura de destaque na imprensa alternativa durante a ditadura militar. Escreveu para os jornais *Última Hora*, *Zero Hora* e *Jornal da Tarde*, e fundou o *Versus* em 1975.

[MARIA] MARGARET LOPES (1954-) é uma geóloga e historiadora da ciência brasileira, professora da Unicamp e pesquisadora do Pagu, com pesquisas na área de história da ciência e da tecnologia e museus.

MARIA FILOMENA GREGORI (1959-) é uma antropóloga brasileira, professora da Unicamp, com pesquisas sobre gênero, sexualidade, corpo e violência. Sua obra articula antropologia urbana e estudos feministas, com destaque para temas como erotismo e conflitos sociais.

MARIA LAURA VIVEIROS DE CASTRO CAVALCANTI (1954-) é uma antropóloga brasileira, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pesquisas sobre cultura popular, ritual e antropologia simbólica. É a responsável pela constituição do acervo do sociólogo Oracy Nogueira.

MÁRIO DE ANDRADE (1893-1945) foi um escritor e intelectual modernista brasileiro, autor de *Macunaíma* (1928) e figura central da Semana de Arte Moderna de 1922. Pioneiro nos estudos de folclore e cultura popular, fundou a Sociedade de Etnologia e Folclore em 1941. Seu trabalho articulou arte, pesquisa e política cultural no Brasil.

MARIZA PEIRANO (1942-) é uma antropóloga brasileira e professora emérita da UnB. Suas pesquisas versam sobre uma análise da antropologia produzida no Brasil e sobre etnografia, ritual, gênero e documentos de identificação.

MELVILLE HERSKOVITZ (1895-1963) foi um antropólogo norte-americano e pioneiro nos estudos afro-americanos. Defendeu a permanência de elementos culturais africanos na diáspora e criticou a obra de Ruth Landes sobre o candomblé baiano. Teve grande influência nos debates sobre cultura, identidade e raça nas Américas.

MICHEL FOUCAULT (1926-1984) foi um filósofo e historiador francês, cujas obras influenciaram profundamente as ciências humanas. Analisou as relações entre saber e poder em instituições como a prisão, o hospital e a escola. Sua abordagem crítica marcou os estudos sobre sexualidade, disciplina e subjetividade.

ORACY NOGUEIRA (1917-1996) foi sociólogo e antropólogo brasileiro, com estudos fundamentais sobre desigualdades raciais no Brasil; atuou como professor e pesquisador em instituições como a USP e a Escola Livre de Sociologia e Política.

PATRÍCIA GALVÃO (1910-1962) foi escritora, jornalista e militante política brasileira, associada ao modernismo e ao movimento antropológico. Atuou na militância comunista e é uma das primeiras referências do feminismo no Brasil.

PEDRO AGOSTINHO DA SILVA (1937-2022) foi um antropólogo luso-brasileiro com pesquisas na área de etnologia indígena e que obteve o primeiro título de mestre em antropologia pela UnB – na primeira tentativa de criação de um programa de pós-graduação, que não foi adiante em decorrência do golpe militar de 1964.

PETER FRY (1941-) é um antropólogo britânico naturalizado brasileiro, conhecido por suas pesquisas sobre homossexualidade, religiões afro-brasileiras e raça. Atuou como professor na Unicamp e na UFRJ, e foi voz ativa nos debates sobre identidade e políticas públicas. É um dos fundadores da antropologia na Unicamp.

PLINIO DENTZIEN (1941-2016) foi cientista político e sociólogo brasileiro, professor da Unicamp, reconhecido por sua atuação em opinião pública, metodologia de pesquisa e tradutor de obras de renome. Foi casado com Mariza Corrêa.

PROTÁSIO FRIKEL (1912-1974) foi um médico, etnólogo e missionário franciscano de origem alemã, com atuação destacada no estudo de línguas e culturas indígenas da Amazônia. Trabalhou no Museu Paraense Emílio Goeldi, onde realizou importantes pesquisas linguísticas e etnográficas, especialmente com povos tupi.

RAIMUNDO DE MORAES (1872-1941) foi escritor e ensaísta brasileiro, conhecido por sua obra voltada à vida e aos costumes da Amazônia. Em *Os igaraúnas* (1938), combinou observação etnográfica e literatura para retratar comunidades ribeirinhas. Sua produção articula ciência, regionalismo e imaginação literária.

RAIMUNDO NINA RODRIGUES (1862-1906) foi um médico-legista, psiquiatra e antropólogo brasileiro, pioneiro da antropologia criminal e dos estudos sobre cultura afro-brasileira. Sua trajetória foi analisada por Mariza Corrêa em sua tese de doutorado, *As ilusões da liberdade* (1982).

ROBERT MURPHY (1924-1990) foi um antropólogo norteamericano e professor da Universidade de Columbia (EUA), reconhecido por seus estudos com os Mundurucu no Amazonas e os tuaregues do Saara. Publicou *Women of the forest* (1974), etnografia sobre populações amazônicas em coautoria com Yolanda Murphy.

ROBERTO CARDOSO DE OLIVEIRA (1928-2006) foi um antropólogo brasileiro fundamental para a consolidação da disciplina no país. Atuou em instituições como Museu do Índio, UnB e Unicamp, onde fundou programas de pós-graduação. Destacou-se pelos estudos sobre relações interétnicas e pela reflexão sobre o fazer antropológico.

ROBERTO DAMATTA (1936-) é um antropólogo brasileiro, com passagens pelo Museu Nacional e pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), além de outras universidades estrangeiras, com pesquisas na área de etnologia, rituais e com foco na sociedade brasileira.

ROQUE DE BARROS LARAIA (1932-) é um antropólogo brasileiro, professor da UnB, com pesquisas na área de etnologia indígena e cultura; foi presidente da ABA.

RUBEN OLIVEN (1945-) é um antropólogo brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com pesquisas na área de antropologia urbana, identidades nacionais e regionais, e consumo; foi presidente da ABA.

RUTH CARDOSO (1930-2008) foi uma antropóloga brasileira, professora da USP. Desenvolveu pesquisas sobre processos de mudança social, cultura popular e mobilizações coletivas, destacando a relação entre sociedade civil e Estado. Atuou ainda no Cebrap e em centros internacionais de pesquisa.

RUTH LANDES (1908-1991) foi uma antropóloga norte-americana, discípula de Franz Boas, que fez pesquisa de campo sobre candomblé em Salvador entre 1938 e 1939. Em *A cidade das mulheres* (1947), destacou o protagonismo feminino e participação de homossexuais na religião afro-brasileira.

SERGIO MICELI (1945-2025) foi um sociólogo brasileiro, professor titular da USP. Coordenou o projeto História das Ciências Sociais no Brasil e investigou elites intelectuais, cultura e indústria cultural.

SÍLVIO COELHO DOS SANTOS (1938-2008) foi um antropólogo brasileiro, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pesquisas na área de etnologia indígenas. Participou da criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social em Santa Catarina e foi presidente da ABA.

SIMONE DE BEAUVOIR (1908-1986) foi uma filósofa e escritora francesa, figura central do feminismo daquele país. Sua obra mais conhecida, *O segundo sexo* (1949), inaugurou novos caminhos para os estudos sobre gênero e liberdade feminina. Atuou intensamente na defesa dos direitos das mulheres.

SUELY KOFES (1949-) é uma antropóloga brasileira, professora da Unicamp. Seus temas incluem gênero, narrativas de vida, classe, memória e processos de identidade nas sociedades contemporâneas.

THALES DE AZEVEDO (1904-1995) foi um médico e antropólogo brasileiro, considerado um dos pioneiros da antropologia no Brasil. Foi o primeiro diretor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contribuiu com estudos sobre mestiçagem, religião popular e cultura baiana.

VERENA STOLCKE (1938-) é antropóloga alemã radicada na Espanha, professora emérita da Universitat Autònoma de Barcelona. Pioneira em antropologia histórica investigou como raça, gênero, nacionalismo e imigração se entrelaçam na construção de desigualdades. É uma das fundadoras da antropologia na Unicamp.

VICTOR TURNER (1920-1983) foi um antropólogo britânico e pioneiro da antropologia simbólica. Desenvolveu conceitos centrais como “liminaridade” e “communitas” a partir de extensas pesquisas entre os Ndembu na Zâmbia, explorando rituais, símbolos e dramas sociais.

VIRGÍNIA BICUDO (1910-2003) foi uma socióloga e psicanalista brasileira, pioneira nos estudos sobre relações raciais no Brasil. Sua dissertação abordou preconceito racial em São Paulo. Também foi fundamental na institucionalização da psicanálise no Brasil.

VLADIMIR HERZOG (1937-1975) foi um jornalista brasileiro, diretor de jornalismo da TV Cultura, professor da USP e militante do Partido Comunista Brasileiro. Seu assassinato pela ditadura militar foi um marco na mobilização contra o regime autoritário no Brasil.

WANDA HANKE (1893-1958) foi um etnóloga e médica austríaca que dedicou cerca de 25 anos à coleta de dados etnográficos no Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. Realizou expedições independentes entre 1933 e 1958, estudando povos indígenas, documentando cultura, língua e rituais. Contribuiu com coleções museológicas e registros fotográficos.

WANDERLEY GUILHERME DOS SANTOS (1935-2019) foi um cientista político brasileiro, reconhecido por suas contribuições à análise do pensamento político brasileiro e à formação da ciência política no país.

YOLANDA MURPHY (1925-2016) foi uma antropóloga polonesa-americana, reconhecida por sua etnografia com os Munduruku no Brasil. Coautora de *Women of the forest* (1974), realizou pesquisa de campo no Amazonas em 1952, ao lado de seu marido Robert Murphy. Sua obra contribuiu de forma decisiva para os estudos sobre gênero na antropologia amazônica.

ZEFERINO VAZ (1908-1981) foi um médico e professor universitário brasileiro, e o primeiro reitor da Universidade Estadual de Campinas (1966-1978). Liderou a consolidação de Unicamp como centro de pesquisa, recrutando cientistas de prestígio e estruturando e construindo o campus universitário.

Produção bibliográfica de Mariza Corrêa

Livros

Os crimes da paixão. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Tudo é História n. 33).

Caminhos cruzados: linguagem, antropologia, ciências naturais. [com Alexandre Eulalio, Berta Waldman, Carlos Vogt, Edward MacRae, Gilberto Velho, Marcio D'Olive Campos e Peter Fry]. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil [com Antonio Augusto Arantes, Bela Feldman-Bianco, Carlos Rodrigues Brandão, Robert Sienes, Suely Kofes e Verena Stolcke]. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

História da antropologia no Brasil: 1930-1960: testemunhos: Emilio Willems e Donald Pierson [organizadora]. São Paulo: Vértice; Campinas: Editora da Unicamp, 1987.

Roberto Cardoso de Oliveira: homenagem [organizadora com Roque Laraia]. Campinas: IFCH-Unicamp, 1992.

Três ensaios sobre a Argélia & um comentário. Campinas: IFCH-Unicamp, 1995 (Textos Didáticos n. 16).

As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

Gênero & cidadania [organizadora]. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2002. (Coleção Encontros).

Antropólogos & antropologia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2006). Campinas: Editora da Unicamp; Brasília: ABA, 2003.

Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”/Family life: a comparative perspective on “crimes of honour” [organizadora com Érica Renata de Souza]. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2006. (Coleção Encontros).

Querida Heloisa/Dear Heloisa: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres [organizadora com Januária Mello]. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2008. (Série Pesquisa).

Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

Capítulos de livros

Fidelidad y trabajo, la definición de hombres y mujeres por la justicia, un caso en Brasil. In: LEON, Magdalena (ed.). *Sociedad, subordinación y feminismo: debate sobre la mujer en América Latina y Caribe y feminismo*. Bogotá: ACEP, 1982. p. 201-214.

Comentário a Boris Fausto, “Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 215-218

Mestres e precursores. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guilherme Raul (org.). *Estilos de antropologia*. Campinas: Unicamp, 1995. p. 191-213.

A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil: volume 2*. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995. p. 25-106.

Sistemas de avaliação dos cursos de ciências sociais. In: PESSANHA, Eliana G. da Fonte; VILLAS BÔAS, Glaucia (org.). *Ciências sociais: ensino e pesquisa na graduação*. Rio de Janeiro: Jornada Cultural, 1996. p. 205-214.

Sexualidade e antropologia. In: LOYOLA, Maria Andréa (org.). *A sexualidade nas ciências humanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 253-256.

O rumor das saias de Elvira. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Ética e estética na antropologia*. Florianópolis: PPGAS-UFSC: CNPq, 1998. p. 59-66.

A cidade de menores: uma utopia dos anos trinta. In: FREITAS, Marcos Cezar de Freitas (org.). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 143-163.

A doutora Emília e o detalhe etnográfico. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann de (org.). *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 161-179.

Prefácio: esboços no espelho. In: LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 9-22.

O negócio do gênero (prefácio). In: ALMEIDA, Heloísa B. de; COSTA, Rosely G.; RAMIREZ, Martha C.; SOUZA, Érica R. de (orgs.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

Mulheres & senhoras: em busca da Marias. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa (org.). *Desafios da comparação: família, mulheres e gênero em Portugal e no Brasil*. Oeiras: Celta Editora, 2004. p. 109-117.

Convenções culturais & fantasias corporais. In: PEIXOTO, Fernanda Arêas; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lília Moritz (org.). *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 123-134.

Fantasias corporais [com Adriana Piscitelli, Maria Filomena Gregori, Sérgio Carrara e Luís Fernando Dias Duarte]. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (org.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 173-182.

A pesquisa acadêmica – comentários desde uma perspectiva antropológica. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil*. Bauru: EDUSC: ANPOCS, 2005. p. 139-145.

Damas & cavalheiros de fina estampa, dragões & dinossauros, heróis & vilões. In: GROSSI, Miriam P.; TASSINARI, Antonella; RIAL, Carmen (org.). *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além-fronteiras*. Florianópolis: Nova Letra, 2006. p. 105-110.

Homenagem da antropologia da Unicamp à ABA: o Projeto História da Antropologia no Brasil. In: ECKERT, Cornelia; GODOI, Emilia Pietrafesa de (org.). *Homenagens: Associação Brasileira de Antropologia: 50 anos*. Blumenau: Nova Letra, 2006. p. 31-36.

Os ciclistas de Brasília. In: STEIL, Carlos Alberto (org.). *Cotas raciais na universidade: um debate*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.

A toca do coelho: o que há num nome? In: PINA CABRAL, João; VIEGAS, Susana de Matos (org.). *Nomes: gênero, etnicidade e família*. Coimbra: Edições Almedina, 2007. p. 313-316.

Sobre a invenção da mulata. In: PISCITELLI, Adriana; MELO, Hildete Pereira de; MALUF, Sônia Weidner; PUGA, Verga Lúcia (org.). *Olhares feministas*. Brasília: MEC: Unesco, 2008. p. 239-249.

Não se nasce homem. In: JOAQUIM, Teresa (org.). *Masculinidades/feminilidades*. Porto: Edições Afrontamento, 2010. p. 93-100.

Artigos em periódicos

Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 37, p. 5-16, 1981.

Mulher & família: um debate sobre a literatura recente. *Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 27-44, 1984.

O dono do trovão: Manuel Nunes Pereira (1893-1985). *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 333-336, 1986.

Traficantes do excêntrico: os antropólogos no Brasil dos anos 30 aos anos 60. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 79-98, 1988.

A revolução dos normalistas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 66, p. 13-24, 1988.

Os índios do Brasil elegante e a Professora Leonilda Daltro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 43-65, 1989.

An interview with Roberto Cardoso de Oliveira. *Current Anthropology*, [s. l], v. 32, n. 3, p. 335-343, 1991.

A propósito de Pagú. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 1, p. 7-17, 1993.

História da antropologia no Brasil: projeto da Unicamp. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-118, 1995.

Generat genus justitiam? *Revista USP*, São Paulo, n. 21, p. 126-131, 1994.

Florestan Fernandes: esboço de uma trajetória. *Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 3-25, 1995.

Breve esbozo de la antropología brasileña reciente (1960-1980). *Alteridades*, Iztapalapa, v. 3, n. 6, p. 13-16, 1995.

A doutora Emília e a tradição naturalista. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 1, n. 1, p. 37-46, 1995.

A natureza imaginária do gênero na história da antropologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 109-130, 1996.

Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 6/7, p. 35-50, 1996.

O espartilho de minha avó: linhagens femininas na antropologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 3, n. 7, p. 70-96, 1997.

Dona Heloisa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 11-54, 1997.

Uma pequena voz pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 47-54, 1998.

“Flores do colonialismo”: masculinidades numa perspectiva antropológica [com Adriana Piscitelli]. *Cadernos Pagu*, Campinas, p. 201-229, n. 11, 1998.

O sexo da dominação. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 54, p. 43-53, 1999.

Patrimônio da nação: os índios & a história da antropologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 170-172, 1999.

O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia brasileira. *Etnográfica*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 233-266, 2000.

Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001.

Paixão etnológica: cartas do guru da etnologia brasileira. *Jornal de Resenhas*, [s. l.], n. 74, 2001. Disponível em: <https://jornalderesenas.com.br/resenha/paixao-etnologica/>.

Treinar um assistente de pesquisa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 19, p. 335-341, 2002.

Lettres d'une femme rangée. *Cahiers du Brésil Contemporain*, [s. l.], n. 47/48, p. 181-197, 2002.

Revista de Antropologia: 1953-2003. Uma revista para muitas histórias. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 46, p. 369-381, 2003.

Entrevista com Mariza Corrêa. *Cadernos de Campo*, n. 11, p. 103-122, 2003.

Trampas do traje. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 185-200, 2004.

Os livros esquecidos de Nina Rodrigues. *Gazeta Médica da Bahia*, [s. l.], v. 140, n. 2, supl. 2, p. 60-62, 2006.

Eugenia no calor da hora. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 509-513, 2006.

Os ciclistas de Brasília. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 268-270, 2006.

A babá de Freud e outras babás. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 29, 2007, p. 61-90.

Nossos mulatos são mais exuberantes. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1099-1103, 2008.

Outras produções

L'anthropologie brésilienne. In: BONTE; Pierre; IZARD, Michel (dir.). *Dictionnaire de l'ethnologie et de l'anthropologie*. Paris: PUF, 1991. p. 59-60. Verbete.

Raimundo Nina Rodrigues. In: WINTERS, Christopher (ed.). *International dictionary of anthropologists*. Chicago: University of Chicago Press, 1991. p. 508-510. Verbete.

Honra. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). *Antropologia e direito: temas antropológicos para os estudos jurídicos*. Brasília: Contra Capa: LACED: ABA, 2012. p. 79-85. Verbete.

História da Antropologia no Brasil (1930-1960): testemunhos. *Encyclopédie Béroser des histoires de l'anthropologie*, Paris, 2024. Disponível em: <https://www.berose.fr/article3340.html>. Relatório do projeto, 1985.

Projeto de pesquisa Antropólogas & Antropologia. *Encyclopédie Béroser des histoires de l'anthropologie*, Paris, 2024. Disponível em: <https://www.berose.fr/article3342.html>. Manuscrito, 1989.

Girl-Friday. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 69, e236905, 2023. Conferência, 1992.

Meus encontros com Ruth Landes. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 69, e236907, 2023. Conferência, 2003.

Comemoração do cinquentenário da primeira Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2003). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 69, e236909, 2023. Conferência, 2003.

Referências

AGUIAR, Isaura de. Revisitando as coleções etnográficas como problema para história da antropologia: o caso do acervo de objetos dos Asurini do Xingu. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 46., 2022, Campinas. *Anais [...]*. Campinas: ANPOCS, 2022.

AGUIAR, Isaura de. Modos possíveis de gerir e cuidar: os sentidos da coleção etnográfica Asurini do Xingu ao longo de sua trajetória. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 14., 2023, Niterói. *Anais [...]*. Niterói: UFF, 2023.

ALVES PINTO, Felipe Neri. *Emílio Willems*. Brasília: ABA Publicações, 2024.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 183-191.

CARDOSO, Ruth. Entrevista com Ruth Cardoso. In: CORRÊA, Mariza. *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 333-399.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: CNPq, 1988.

CASSALHO, João De Regina. David Webster (1945-1989): tensões entre fazeres antropológicos e engajamento político na África Austral. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 32., 2023, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: ANPUH, 2023.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Oracy Nogueira: esboço de uma trajetória intelectual. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 1-16, 1995.

CORRÊA, Mariza. *Os atos e os autos: representações jurídicas de papéis sexuais*. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1975.

CORRÊA, Mariza. [Carta a Aurélio]. [Campinas], [Entre 1975 e 1978]. Fundo Mariza Corrêa, caixa 11. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

CORRÊA, Mariza. "As armas e os barões assinalados...": genealogias e história da família. [Campinas]: [s. n.], [198-]. Manuscrito. Fundo Mariza Corrêa, caixa 38. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981a. (Tudo é História n. 33).

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 37, p. 5-16, 1981b.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família*: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CORRÊA, Mariza. [Carta ao Laboratório Interdisciplinar para a Melhoria do Ensino e Currículo (LIMEC)]. [Campinas], 4 dez. 1984a. Fundo Mariza Corrêa, caixa 44. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

CORRÊA, Mariza. A imagem fugaz: a família na antropologia brasileira. In: PAINEL CULTURA E IDEOLOGIA, 2., 1984, Porto Alegre. *Anais [...]*. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 1984b.

CORRÊA, Mariza. Mulher & família: um debate sobre a literatura recente. *Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 27-44, 1984c.

CORRÊA, Mariza. [Seminário 12 Dec 1984 (Guilherme dos Santos, Eunice Durham, Peter Fry, Sergio Miceli e Manuela Carneiro da Cunha)]. [Campinas]: [Unicamp], 12 dez. 1984d. Fundo Mariza Corrêa, caixa 87, gravação em vídeo (1 DVD). (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

CORRÊA, Mariza. *História da antropologia no Brasil (1930-1960): testemunhos*. [Campinas]: [Unicamp], 1985. Fundo Mariza Corrêa, caixa 13. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP). Disponível em: <https://www.berose.fr/article3340.html?lang=fr>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CORRÊA, Mariza. O dono do trovão: Manuel Nunes Pereira (1893-1985). *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 10, n. 1, p. 333-336, 1986.

CORRÊA, Mariza (org.). *História da antropologia no Brasil (1930-1960): testemunhos*: Emilio Willems e Donald Pierson. São Paulo: Vértice; Campinas: Editora da Unicamp, 1987a.

CORRÊA, Mariza. [Carta ao Sr. Moura]. [Campinas], 26 set. 1987b. Fundo Mariza Corrêa, caixa 39. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

CORRÊA, Mariza. Gilberto Freyre e os modelos de família no Brasil. In: PARADIGMAS HISTÓRICOS PARA O ESTUDO DA FAMÍLIA NO NE, 1988, Recife. *Anais* [...]. Recife: [s. n.], 1988.

CORRÊA, Mariza. [Projeto de pesquisa – Antropólogas & antropologia]. [Campinas]: [s. n.], [1989]. Fundo Mariza Corrêa, caixa 13. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP). Disponível em: <https://www.berose.fr/article3342.html>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CORRÊA, Mariza. [Carta de Cintia Avila de Carvalho a Antonio Augusto Arantes]. [Campinas], 10 jun. 1990. Fundo Mariza Corrêa, caixa 60. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

CORRÊA, Mariza. *Projeto Histórias e Memórias Femininas*: relatório de atividades (maio 1992 – maio 1993). [Campinas]: [s. n.], [1993]. Fundo Mariza Corrêa, caixa 47. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

CORRÊA, Mariza. *Memorial*. [Campinas]: [s. n.], maio 1994a. Fundo Mariza Corrêa, caixa 6. Memorial apresentado ao Departamento de Antropologia para reclassificação por mérito. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

CORRÊA, Mariza. [Rascunhos de publicação para a coleção *Textos Didáticos da Unicamp*]. [Campinas]: [s. n.], 1994b. Fundo Mariza Corrêa, caixa 35. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

CORRÊA, Mariza. História da antropologia no Brasil – projeto da Unicamp. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 115-118, 1995a.

CORRÊA, Mariza. Florestan Fernandes: esboço de uma trajetória. *Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais (BIB)*, Rio de Janeiro, n. 40, p. 3-25, 1995b.

CORRÊA, Mariza. Uma pequena voz pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 47-54, 1998.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001a.

CORRÊA, Mariza. Paixão etnológica – cartas do guru da etnologia brasileira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 maio 2001b. *Jornal de Resenhas*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs1205200103.htm>. Acesso em: 11 set. 2024.

CORRÊA, Mariza. Prefácio: esboços no espelho. In: LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 9-22.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas & antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003a.

CORRÊA, Mariza. Entrevista com Mariza Corrêa. *Cadernos de Campo*, [s. l.], n. 11, p. 103-122, 2003b.

CORRÊA, Mariza. *As reuniões brasileiras de antropologia: cinquenta anos (1953-2006)*. Campinas: Editora da Unicamp; Brasília: ABA, 2003c.

CORRÊA, Mariza. Mulheres & senhoras: em busca da Marias. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa (org.). *Desafios da comparação: família, mulheres e género em Portugal e no Brasil*. Oeiras: Celta Editora, 2004. p. 109-117.

CORRÊA, Mariza. *CA 02 – Parte 01 – Conversa com a autora*: Mariza Corrêa (UNICAMP). São Paulo: ANPOCS, 2006a. 1 vídeo (22min11s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3llejOXalD0>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CORRÊA, Mariza. *CA 02 – Parte 03 – Conversa com a autora*: Mariza Corrêa (UNICAMP). São Paulo: ANPOCS, 2006b. 1 vídeo (21min45s). Disponível em: <https://youtu.be/5rKJp5eibrc?si=aQbQIahvZgmSsVTm>. Acesso em: 23 jul. 2024.

CORRÊA, Mariza. Homenagem da antropologia da Unicamp à ABA: o Projeto História da Antropologia no Brasil. In: ECKERT, Cornelia; GODOI, Emilia Pietrafesa de (org.). *Homenagens – Associação Brasileira de Antropologia: 50 anos*. Blumenau: Nova Letra, 2006c. p. 31-36.

CORRÊA, Mariza. Não se nasce homem. In: JOAQUIM, Teresa (org.). *Masculinidades/feminilidades*. Porto: Edições Afrontamento, 2010. p. 93-100.

CORRÊA, Mariza. *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013a.

CORRÊA, Mariza. *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013b.

CORRÊA, Mariza. Meus encontros com Ruth Landes. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 69, e236907, 2023a.

CORRÊA, Mariza. Comemoração do cinquentenário da primeira Reunião Brasileira de Antropologia (1953-2003). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 69, e236909, 2023b.

CORRÊA, Mariza. Girl-Friday. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 69, e236905, 2023c.

CORRÊA, Mariza; MELLO, Januária (org.). *Querida Heloisa/Dear Heloisa*: cartas de campo para Heloisa Alberto Torres. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, Unicamp, 2008. (Série Pesquisa).

CORRÊA, Mariza; PISCITELLI, Adriana. “Flores do colonialismo”: masculinidades numa perspectiva antropológica. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 11, p. 201-229, 1998.

DEBERT, Guita Grin. Gênero, história da antropologia e construção institucional: homenagem a Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 54, e185402, 2018.

DREYFUS, Dina. [Entrevista a Anne Marie Pessis]. Paris, 1988. 1 fita de vídeo (94min). VHS. Fundo Mariza Corrêa, caixa 86. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

FONSECA, Luísa Registro. *A trajetória transatlântica de Verena Stolcke*: circulação transnacional e produção do conhecimento. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2024.

FRY, Peter. Mariza Corrêa (1945-2016) – uma homenagem muito pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 54, e185401, 2018.

GREGORI, Maria Filomena. Contextos de formação: a importância de Mariza Corrêa para uma geração. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 54, e185404, 2018.

HOMENAGEM à Mariza Corrêa. [S. l.: s. n.], 2017. Publicado no canal ENADIR USP. 1 vídeo (57min28s). Disponível em: <https://www.youtube.com/live/cAmJcJxz5hY?si=TG1-P78S63sMKPUg>. Acesso em: 30 abr. 2024.

LASSALI, Thais F.; SERAFIM, Amanda G.; TAMBASCIA, Christiano K. Do porão à primavera: história da antropologia no Brasil e protagonismo político no acervo da Associação Brasileira de Antropologia. *Maloca*: revista de estudos indígenas, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 141-156, 2018.

MELATTI, Julio Cezar. *A antropologia no Brasil*: um roteiro. Brasília: UnB, 2007. (Série Antropologia, 38).

MEMÓRIAS da antropologia no Brasil: RBA-50 anos. [Parte I]. Coordenação geral e projeto: Patrícia Monte-Mór. Rio de Janeiro: ABA, 2004a. 1 vídeo (24min39s). Publicado no canal TV ABA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=px8HXvjyglM>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MEMÓRIAS da antropologia no Brasil: RBA-50 anos. [Parte III]. Coordenação geral e projeto: Patrícia Monte-Mór. Rio de Janeiro: ABA, 2004b. 1 vídeo (8min36s). Publicado no canal TV ABA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yHeeCODWB5c>. Acesso em: 23 jul. 2024.

MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*: volume 1. São Paulo: Vértice: Editora dos Tribunais: IDESP, 1989.

MICELI, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*: volume 2. São Paulo: Sumaré: FAPESP, 1995.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Os feminismos de Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 54, e185405, 2018.

MOURA, Antônia de Paiva. Feminicídio x intelecto: o amor não mata. Mas a visão do amor como ideia de posse, mata. *Brasil de Fato*, 9 jan. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/09/artigo-or-feminicidio-x-intelecto/>. Acesso em: 11 jun. 2025.

PADOVANI, Natália Corazza; SIMÕES, Julian; BUENO, Luciana Camargo. 30 anos da Cadernos Pagu. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 67, e236700, 2023.

PEIRANO, Mariza. *Não foi só por acaso*: um depoimento. [S. l.: s. n.], 1992. Memorial para o cargo de professora titular em teoria antropológica da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.marizapeirano.com.br/arquivos/memorial.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2025.

PEIRANO, Mariza. *The anthropology of anthropology*: the Brazilian case. Brasília: UnB. 1991. (Série Antropologia, 110).

PIERSON, Donald. Depoimento de Donald Pierson: algumas atividades no Brasil em prol da antropologia e de outras ciências sociais. In: CORRÊA, Mariza. *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 205-318.

PIERSON, Helen. [Carta para Mariza Corrêa]. [S. l.], 25 set. 1989. Fundo Mariza Corrêa, caixa 39. (Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas, SP).

PISCITELLI, Adriana. Entre estudos sobre mulher e família e história da antropologia: evocando diálogos com Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 69, e236901, 2023.

PIVA, Fernando. A repressão militar na Unicamp: prisões, torturas, demissões e ameaças. *ADunicamp*, 5 jul. 2021. Disponível em: <https://www.adunicamp.org.br/gt-documentos-relevantes/a-repressao-militar-na-unicamp-prisoos-torturas-demissoes-e-ameacas/>. Acesso em: 14 maio 2025.

PONTES, Heloisa. Da morte em família à babá de Freud: homenagem a Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 54, e185403, 2018.

PONTES, Heloisa; GREGORI, Maria Filomena. *Mariza Corrêa: laços, memória e escritos*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 54, e185400, 2018.

PONTES, Heloisa; ROSATTI, Camila Gui; REIS, Eliana Tavares dos. Gênero e culturas nas ciências sociais brasileiras: depoimento de uma pesquisadora com nome próprio. *Repocs*, [s. l.], v. 17, n. 34, jul./dez. 2020. p. 101-128.

RELATÓRIO final da Comissão da Verdade e Memória “Octávio Ianni”. Campinas: Unicamp. 2015. Disponível em: https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/universitarias/RELATORIO_CVM_FINAL_web.pdfAcesso em: 14 maio 2025.

SCHADEN, Egon. *Entrevista com o Professor Egon Schaden [por Mariza Corrêa]*. Campinas: Unicamp, 1984. (Série Encontros: História da Antropologia no Brasil). 1 vídeo (21min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uxxAVafHdRM>. Acesso em: 19 jul. 2024.

SCHUMAKER, Lyn. Women in the field in the twentieth century: revolution, involution, devolution? In: KUKLICK, Henrika (ed.). *A new history of anthropology*. Oxford: Blackwell Publishing, 2008. p. 277-292.

SERAFIM, Amanda Gonçalves. “Abraços do velho”: Roberto Cardoso de Oliveira e a construção de um projeto de antropologia. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

SERAFIM, Amanda Gonçalves. O fundo Roberto Cardoso de Oliveira e as várias histórias da antropologia no Brasil. *Maloca*: revista de estudos indígenas, [s. l.], v. 5, e022002, 2022.

SERAFIM, Amanda Gonçalves. Meus encontros com Mariza Corrêa. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 69, e236903, 2023a.

SERAFIM, Amanda Gonçalves. As relações entre a antropologia e os arquivos vistas através do fundo Roberto Cardoso de Oliveira. *Temáticas*, Campinas, v. 31, n. 61, p. 116-146, 2023b.

SERAFIM, Amanda Gonçalves. No arquivo de Mariza Corrêa: breve introdução a dois documentos-chave. *Encyclopédie Bérose des histoires de l'anthropologie*, Paris, 2024. Disponível em: <https://www.berose.fr/article3338.html>. Acesso em: 23 jul. 2024.

SERAFIM, Amanda Gonçalves. Archivos, memoria y práctica antropológica: una etnografía de los documentos de Mariza Corrêa. *Boletín de Antropología*, Medellín, v. 40, n. 70, p. 1-18, 2025.

SOBRAL, Luís Felipe. Lady Frazer e seu marido: gênero e anomalia na história da antropologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 54, e185406, 2018.

SOBRAL, Luís Felipe. Vertige de l'oeuvre, richesse de l'archive. James G. Frazer. *Les Carnets de l'Imec*, [s. l.], n. 20, p. 30-31, 2023.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STOLCKE, Verena. Entrevista com Verena Stolcke. In: CORRÊA, Mariza. *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013. p. 401-452.

TAMBASCIA, Christiano; ROSSI, Gustavo. Sidetracks: Mariza Corrêa e a história da antropologia no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 54, e185407, 2018.

TESE da legítima defesa da honra é inconstitucional. *Supremo Tribunal Federal*, 1 ago. 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511556&ori=1>. Acesso em: 16 jul. 2024.

TOLEDO, Caio Navarro de. *A Unicamp não foi uma ilha: por uma Comissão da Verdade e Memória*. Campinas, 2013. Disponível em: https://comissaoverdade.gr.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/11/2014/03/140319_cvu_artigo_prof_caio_toledo.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

TOMAZ, Kaléo de Oliveira. *Digitalização da história: etnografia em documento frente aos procedimentos e materialidades nas novas tecnologias arquivísticas*. 2026. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2026.

TRÂNSITOS: franceses no Brasil no século XX (colóquio): parte 1 de 2. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2022. 1 vídeo (184min35s). Publicado no canal Instituto de Estudos Avançados da USP. Disponível em: <https://youtu.be/eVJaxa8i3E0?si=fqCpTFqo96DfzLsL>. Acesso em: 4 set. 2024.

VALENTINI, Luísa. *Um laboratório de antropologia: o encontro entre Mário de Andrade, Dina Dreyfus e Claude Lévi-Strauss (1935-1938)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

Sobre a autora



AMANDA GONÇALVES SERAFIM é bacharela e licenciada (2016) em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestra (2021) em Antropologia Social pela mesma instituição, onde desenvolveu pesquisa sobre a trajetória do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1928-2006) e a criação dos primeiros programas de pós-graduação em antropologia no Brasil. Atualmente realiza doutorado em Antropologia Social na Unicamp, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP – processo nº 2021/05948-9), pesquisando a trajetória da antropóloga Mariza Corrêa (1945-2016). Atua principalmente nas áreas de história da antropologia e etnografia de arquivos, com foco no Brasil e em documentos pessoais.

